



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Relatório de Estágio: Instituto da Defesa Nacional

Andreia Silva

Relatório de Estágio para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Professora Doutora Teresa Cierco
Co-orientadora: Professora Doutora Carla Xavier

Covilhã, Fevereiro de 2014

Dedicatória

Para todos os que me apoiaram.

Agradecimentos

Após o término deste relatório de estágio, não poderia deixar de agradecer a todos os que me acompanharam durante este percurso e me auxiliaram.

Agradecer de modo particular à minha orientadora, Professora Teresa Cierco por estar sempre disponível e ser bastante acessível para me auxiliar durante o meu percurso académico, desde a licenciatura até ao Mestrado. À minha co-orientadora, Professora Carla Xavier que também me acompanhou desde a licenciatura com uma presença indispensável para me aconselhar.

Ao Professor Doutor António Paulo Duarte por ter sido um excelente supervisor e orientador de estágio, pois estive sempre presente para me acompanhar durante todo o trabalho desenvolvido no estágio.

Aos meus pais, que me proporcionaram apoio incondicional para concluir mais esta meta.

À Mariana Oliveira, Andreia Fernandes, Ana Carneiro e Maria Dá Mesquita Liberal, que realizaram estágio e voluntariado no IDN ao mesmo tempo que eu.

Aos familiares que me deram a força necessária e por acreditarem em mim.

Agradeço ainda a todos os que não mencionei mas que de algum modo me acompanharam neste percurso.

Resumo

A defesa e a segurança são dois conceitos essenciais de um Estado soberano. A realização do estágio no Instituto da Defesa Nacional (IDN) permitiu trabalhar e compreender melhor estes dois conceitos. Naturalmente, o presente relatório constitui um reflexo de todas as atividades desenvolvidas durante o estágio curricular que foi realizado durante seis meses, de setembro de 2012 a março de 2013, tendo, sem surpresa, em mente, a área de atividade por excelência do Instituto, a defesa e a segurança.

Palavras-chave

Relatório de Estágio

Instituto da Defesa Nacional

Defesa

Segurança

Estratégia

Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional

Abstract

Defense and Security are two essential concepts of the sovereign State. The realization of the present internship at the National Defense Institute (IDN) allowed the better understanding about the relations between these two notions. Naturally, the present report reflects all the activities developed during the curriculum internship at the Institute. The report corresponds to the six-months period of the internship between September of 2012 and March of 2013.

Keywords

Internship Report

National Defense Institute

Defense

Security

Strategic Concept of National Security and Defense

Índice

Introdução	1
Capítulo 1. Conceptualização e Enquadramento Teórico	3
1.1. Os Conceitos de Defesa e de Segurança	7
1.2. A Estratégia Nacional	15
Capítulo 2. O Instituto da Defesa Nacional	20
2.1. Contextualização e Evolução Histórica	20
2.2. A Participação ao nível Estratégico	23
2.3. Atividades	28
Capítulo 3. O Estágio no Instituto da Defesa Nacional	33
3.1. Objetivos e Metodologia	33
3.2. Atividades Desenvolvidas	33
3.2.1. Funções Administrativas e Técnicas	35
3.2.2. Participação e Apoio na Realização de Eventos	40
3.3. Identificação e Resolução de um Problema	45
3.4. Considerações Finais	46
Conclusão	48
Referências Bibliográficas	51
Anexos	55
1 - Lista de Diretores do IDN	56
2 - Programa de Estágio	57

Lista de Acrónimos

CDN	Curso de Defesa Nacional
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CESDN	Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional
CEMGFA	Chefe do estado-Maior General das Forças Armadas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CSI	Conselho Superior de Informações
CSSI	Conselho Superior de Segurança Interna
EMA	Estado-Maior da Armada
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EUA	Estados Unidos da América
GEHM	Grupo de Estudos História e Memória
GEMEMO	Grupo de Estudos sobre o Mediterrâneo/Médio Oriente
GEPCSD	Grupo de Estudos Política Comum de Segurança e Defesa
GERPB	Grupo de Estudos Relações Portugal-Brasil
GNR	Guarda Nacional Republicana
GRUPORPAZ	Grupo de Trabalho sobre a Participação Portuguesa em Missões de Paz
IAEDN	Instituto de Altos Estudos Militares da Defesa Nacional
IDN	Instituto da Defesa Nacional
MAI	Ministério da Administração Interna
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MJ	Ministério da Justiça
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
ONC	Objetivos nacionais conjunturais
ONP	Objetivos nacionais permanentes
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PJ	Polícia Judiciária
PSP	Polícia de Segurança Pública
SIRP	Sistema de Informações da República Portuguesa
UE	União Europeia

Introdução

A Defesa e a Segurança são dois conceitos essenciais de um Estado soberano. A realização do presente estágio no Instituto da Defesa Nacional (IDN) permitiu trabalhar e compreender melhor estes dois conceitos. Naturalmente, o presente relatório constitui um reflexo de todas as atividades desenvolvidas durante o estágio curricular que empreendemos durante seis meses, de setembro de 2012 a março de 2013, tendo, sem surpresa, em mente, a área de atividade por excelência do Instituto, a defesa e a segurança.

Nesta introdução, cumpre-se, desde logo esclarecer o porquê da escolha de um estágio curricular, em detrimento de uma dissertação para a obtenção do grau de mestre. A opção por um estágio num organismo público, teve por base uma longa ponderação que foi feita no sentido de aferir o que seria mais valioso, quer em termos de enriquecimento profissional, quer da ampliação/aplicação dos conhecimentos previamente adquiridos. Assumi-se que seria este o caminho mais indicado a seguir, na medida em que permitiria simultaneamente apostar não só na qualificação em termos académicos, como também, em termos profissionais. A experiência que advém da prática angariada diariamente num contexto de trabalho específico, permitiu desenvolver as competências teóricas adquiridas no Mestrado, podendo surtir efeitos em labutas futuras, aquando da entrada no mercado de trabalho que se avizinha.

A escolha do IDN para a realização do estágio curricular teve por base as áreas de trabalho em que se insere o Instituto, não apenas de âmbito nacional, mas com ligações a Instituições internacionais. A natureza do Instituto foi outra valia, pois este foi criado pelo Estado, mas com autonomia para perseguir e atingir os seus objetivos principais. Essa autonomia providência a capacidade de determinar as suas orientações e formas de criar o debate e o estudo não só nas suas questões primordiais, ou seja, nas questões de defesa e segurança nacionais, como também, em questões relacionadas e que direta ou indiretamente as influenciam. Depreendeu-se, portanto, ser este um local privilegiado para providenciar capacidades de experiência profissional na área, conjugando a prática com o estudo decorrente da parte curricular, pertencente do Mestrado.

No que diz respeito ao conteúdo temático sumariamente explorado no presente Relatório de Estágio, deve-se explicitar que foi feita a opção pela exploração do tema da “defesa e segurança”. Considerando o conjunto de tarefas que foram executadas no âmbito do trabalho no Instituto e que, sem surpresa, acionaram as memórias prévias que se retinha sobre este assunto, foi possível aprofundar o conhecimento sobre estas matérias.

Neste relatório de estágio inclui-se, naturalmente, um pouco do que é a história do Instituto, o contexto sobre o qual se desenvolve a atividade do mesmo e quais as competências que lhe foram delegadas. Procurou-se, com base na exploração deste item, “defesa e segurança”, provar a importância destas áreas, não apenas para a entidade política

como para a sociedade portuguesa em geral. De facto, a criação e/ou evolução dos conceitos relacionados teve naturalmente uma influencia direta na ação do IDN.

Na realidade, e apesar das características específicas que um trabalho desta natureza requer, foi reconhecido que este sairia enriquecido com esta breve contextualização teórica.

Em termos estruturais, este relatório está organizado em três capítulos, a saber: o primeiro capítulo será referente ao mencionado enquadramento teórico do trabalho desenvolvido no IDN, que pretende garantir uma necessária compreensão conceptual de defesa e segurança. Estas são as áreas de trabalho em que o Instituto desenvolve a sua atividade. Estarão ainda presentes outros conceitos como “Estratégia”, “Nação”, “Objetivos” e “Interesses Nacionais”.

O segundo capítulo dedica-se à apresentação do próprio IDN, dando conta do seu instituto antecessor e alguma da evolução histórica desde a sua criação até hoje. Para uma abordagem compreensível do IDN teve obrigatoriamente que ser feito um levantamento ao nível de antecedentes que, na realidade, revelaram a necessidade da criação do Instituto, assim como, a opção por um modelo ideológico a seguir pelo mesmo.

A composição deste relatório de estágio termina com o terceiro capítulo, responsável por refletir toda a experiência vivida no período indicado. Este capítulo revela claramente as linhas de trabalho do IDN nas quais existiu a oportunidade de participar, sejam: cursos, seminários, conferências, grupos de estudo e atividades organizadas entre o IDN e outras entidades. Neste capítulo, apresentam-se as tarefas desempenhadas no Instituto, estabelecendo portando a ponte entre o domínio teórico e prático.

O método estabelecido para o desenvolvimento deste relatório está (tendo em conta a área em que se insere) fortemente alicerçado na análise qualitativa das ciências sociais e humanas. Não obstante, convém referir que não se justificou a utilização de dados quantificadores, logo, considerou-se que a utilização de métodos estatísticos não se adequava ao tratamento de questões conceptuais como esta. A recolha de dados foi efetuada através de fontes documentais e oficiais no respeitante à informação do instituto, bem como, de algumas obras especializadas sobre as matérias abordadas.

A opção pela teoria realista deve-se ao facto de esta ser uma teoria abrangente, com capacidade de explicar os mais diversos fenómenos que ocorrem no sistema internacional, explicando, com maior clareza e enfoque, as questões de segurança e defesa, diretamente ligadas à vontade do Estado.

Capítulo 1 - Conceptualização e Enquadramento Teórico

O Instituto da Defesa Nacional (IDN) desenvolve o seu trabalho nos domínios de defesa e de segurança nacionais. Estes domínios são a essência para a conceptualização deste relatório, portanto, neste primeiro capítulo são explanadas as áreas inerentes e outras particularidades diretas ou indiretamente relacionadas, como é o risco e ameaças.

A criação do Instituto deu-se por impulso político e com alguma inspiração proveniente do seu antecessor Instituto, tema que se explora no capítulo seguinte, remetendo para a reflexão sobre a importância destes domínios para o Estado português.

Na exploração das áreas da defesa e segurança nacionais naturalmente serão abordadas a efetividade e a concretização naquela que é a realidade portuguesa. A demonstração da importância de uma defesa nacional pode ser comprovada através da sua consagração em termos teóricos na Constituição da República Portuguesa (CRP), pois o seu planeamento é realizado com estruturas, apoios e depende de uma conceptualização previamente estabelecida. A concretização do plano de defesa ou, por outras palavras, a execução do plano de defesa nacional demonstra a sua necessidade em existir.

No entanto, com o propósito de realizar um estudo que corresponda à apresentação destes domínios no presente relatório de estágio o período em análise remete-se à época que acompanha o surgimento do IDN e a sua evolução até aos dias de hoje. Portanto, neste relatório não se pretende uma conceptualização da área da defesa e segurança nacionais desde a fundação do IDN nem uma demonstração completa da evolução dos domínios em Portugal. Explora-se apenas sobre o período que permite contextualizar a criação do IDN em Portugal e que sobre o qual foi realizado o estágio.

No debate sobre o que é a defesa é relevante refletir numa fase inicial sobre o conceito de Estado por ser este um elemento sobre o qual se analisa a existência da defesa. O ator das relações internacionais, Estado, pode ser considerado através de várias perspetivas: a do Direito Internacional ou da política internacional, a da psicologia ou da sociologia. De acordo com o Direito Internacional considera-se um Estado, quando existe um governo capacitado do controlo sobre uma comunidade de pessoas, dentro de um território definido, por fronteiras físicas ou naturais (Willetts, 2001: 357-358). Este governo é então reconhecido segundo os princípios que regem o Direito Internacional como tendo jurisdição para representar determinado território, nomeadamente, um governo que persegue os interesses de uma determinada comunidade perante os outros Estados a nível internacional. Este Estado está dotado de personalidade jurídica para tomar decisões que terão repercussões internas e externas ao seu território físico. Por conseguinte, poderá também ser responsabilizado perante os restantes atores da cena internacional pelo seu comportamento ou desrespeito por decisões ou acordos previamente estabelecidos. Este aspeto torna o sistema internacional

ordeiro e previsível pois é na realidade as relações entre os atores internacionais previamente estruturadas que colocam limites à ação do Estado.

O Estado é compreendido numa perspectiva de política internacional como o conjunto de pessoas numa comunidade, que interagem no mesmo sistema político e têm como base de formação a partilha de valores em comum (Idem). Estes valores comuns são o factor de agregação para uma comunidade de pessoas integrantes de determinado país, inicialmente entre os valores partilhados são de carácter moral e cultural. Essa partilha de valores agrega um conjunto de pessoas formando assim uma comunidade e cria um sentimento também para a divisão de responsabilidades entre si. Responsabilidades na defesa do seu território e assim continuarem a manifestar os objetivos e interesses da comunidade. A interação num mesmo sistema político permite garantir que todos se sintam iguais no caso da democracia que é o exemplo português e ainda lhes permite um sentimento de continuidade.

No entanto, o Estado na linha de pensamento da psicologia e da sociologia é constituído por um aparelho de governo mais amplo que inclui três níveis: o legislativo, o executivo e o judicial. O Estado do mesmo modo tem de estar dotado de capacidade legítima que garanta a implementação de decisões por parte das forças armadas e de entidades públicas (Idem). Deduz-se então que nesta perspectiva, a conceptualização de Estado consiste em defini-lo como um organismo dotado de uma estrutura que lhe permite o controlo da sua comunidade e provido de meios para a organizar e fazer cumprir a ordem imposta.

De acordo com as diversas correntes, o Estado é constituído por pelo menos uma comunidade que partilha valores e interesses em que surge a necessidade de organizar-se com um sistema político, este por sua vez dotado de estrutura e capacidade de controlar o seu território. Os teóricos realistas descrevem o Estado como um ator unitário racional que age num contexto de insegurança e em que a informação adquirida pode não ser fidedigna devido à desconfiança sobre os Estados.

O ator Estado adquire um papel de maior relevância quando, segundo a teoria realista, o Estado é considerado o ator central do sistema internacional. Os Estados são os únicos atores dotados com a capacidade de poder e controlo total sobre o seu território tendo os seus objetivos e interesses internos repercussões externas. Estes objetivos e interesses nacionais são objeto de constante e permanente planeamento estratégico.

Ainda de acordo com a teoria realista, o Estado é construído refletindo a natureza humana. Este elemento é partilhado pela visão neo-realista. O sistema internacional é anárquico caracterizado pela insegurança, em especial, a insegurança militar sendo que os Estados procuram por todos os meios o poder. A estratégia assumida pelo Estado na conquista pelo poder deve-se à classe política, nesse sentido, este grupo é o grupo de análise para os realistas (Buzan, 1996: 50).

Os teóricos realistas consideram que a anarquia do sistema internacional instala um sentimento de insegurança que motivado pela conquista de poder por parte dos Estados provoca uma situação de competitividade e conflitualidade nas relações entre os atores do sistema internacional (Idem).

A conquista pelo poder implica a estruturação de estratégias com o dilema de segurança que é outro elemento na teoria realista para analisar os fenómenos das relações internacionais. Os Estados necessitam assegurar pelos seus próprios meios a sua segurança sem depender para isso de alianças. Na impossibilidade de garantir a sua segurança e estando dependente de alianças, o Estado defronta-se com o dilema de segurança. Ainda na conquista pelo poder o sistema internacional pode ser observado pela balança de poderes em que os atos dos Estados são justificados através do propósito do alcance do poder utilizando todos os meios ao seu dispor (Idem: 50-51).

Este ator, Estado, considerado detentor de poder é analisado tendo em conta de que modo consegue influenciar os demais opositores ou aliados a cumprir a sua vontade. Trata-se neste caso de um Estado com capacidade de manipular as ações dos restantes e, por isso, considerado um Estado com poder. O poder pode então ser a capacidade detida por determinado Estado não apenas por coagir os restantes mas também por exercer poder sob a forma de restrição às ações dos seus possíveis adversários ou parceiros em alianças.

A capacidade do Estado em atingir os seus propósitos depende do poder que possui. Porém o poder é complexo de observar pela imprevisibilidade de pressupostos, assim como, os tipos de uso que o mesmo pode adquirir e, por conseguinte, dificulta os resultados. O poder é um meio para o Estado na persecução dos interesses nacionais e é um aspeto em análise na estratégia nacional (Fontoura, 2013:47).

Num contexto para a avaliação do poder que possui o Estado devem ser considerados os elementos tangíveis e intangíveis que influenciam a capacidade do Estado. Entre os elementos tangíveis encontra-se o poder morfológico, a população e as estruturas do país. Por sua vez, entre os elementos intangíveis encontra-se a estratégia nacional e a vontade nacional (Idem: 48). Portanto, o poder do Estado consiste na totalidade das capacidades do país, sendo este poder experimentado de forma a potenciar obter mais poder de acordo com a estratégia nacional.

Em Estados democráticos, o poder político é legitimado no momento do sufrágio. Neste contexto, o poder é cedido, no entanto, essa cedência tem término quando cessa o mandato para o qual foi votado (Idem: 47).

O poder nacional decorre do poder político seguindo a linha dos objetivos e interesses nacionais que é composto pelas dimensões do Estado: “poder económico, poder militar, elementos de natureza técnico-científico, social, cultural, psicologia e opinião pública” (Idem: 48).

Resume-se ao facto do poder do Estado ser a soma das suas capacidades delineadas na estratégia nacional que, por sua vez, é estabelecida pelo poder político que tem como pressuposto refletir sobre o poder nacional. Depreende-se que o poder detido pelo Estado para ser mantido ou alcançado implica a existência de uma estratégia. Por outras palavras, a atuação do Estado no exercício do seu poder assume diversas formas, como estratégia ofensiva ou defensiva, esta última com o objetivo de manter o seu *status quo* no sistema internacional. Uma estratégia ofensiva pode ser exercida para garantir a defesa nacional do

Estado e não com o objetivo de conquista ou ataque a um novo território, por exemplo. O Estado na execução da sua estratégia nacional acarreta a completa utilização dos seus meios contemplados no plano estratégico delineado para perseguir os objetivos e interesses nacionais.

Os objetivos e interesses nacionais são passíveis de compreensão através do esclarecimento sobre quem domina a decisão sobre os mesmos e, por isso, a quem servem. Os objetivos e interesses nacionais são referentes às pretensões individuais dos elementos que em comunidade integram um determinado Estado. A integração de indivíduos num Estado obtêm-se pela formação de grupos em comunidades. Essa integração é atingida através da identificação de laços entre os indivíduos que assim geram uma identidade coletiva. Essa identidade é formada através da vontade comum em garantir a defesa desses valores e interesses da comunidade. Os valores e interesses podem ser desde logo é a salvaguarda do território, de seguida assegurar os seus costumes, a sua religião, a sua ideologia e de todos os outros elementos que lhe permita identificarem e, por isso, se agruparem. A proteção da sua identidade requer um planeamento estratégico com a defesa e a segurança estruturada para salvaguardar os interesses e objetivos nacionais (Martins, 1992: 16-17).

A identidade comum que dá forma à comunidade torna-se mais consistente com o decorrer do tempo podendo em determinados períodos valorizar-se com diferente intensidade através de aspetos díspares que ocorrem no seio da comunidade. O passado histórico em comum é um elemento que Augusto Santos Silva, considera um processo de construção que apoia a própria comunidade e que fortifica os laços de identidade (Silva, 2000: 27).

O surgimento da noção de Estado compreende em si a diversidade cultural ou se preferível variadas comunidades dentro de uma sociedade. No entanto, a caracterização de um país como Estado-nação refere-se a uma comunidade que assimilou diferenças através de uma identidade coletiva e se organizou em torno de uma estrutura política. A partilha dos seus interesses e valores favorecem a organização política construindo um Estado que irá estabelecer os direitos e deveres de forma a criar as condições para uma convivência em comunidade. Os direitos e deveres são decididos pela classe política que através da sua eleição adquire poder, o poder político.

Ainda de acordo com Augusto Santos Silva, a identidade coletiva criada em Portugal baseia-se no passado histórico português. Este passado está repleto de cruzamentos com outras culturas, de que foi exemplo principal o período dos descobrimentos. Esta foi uma época rica em elementos para a formação de uma união na comunidade do povo português. Esta união foi gerada para garantir a sobrevivência na salvaguarda contra os outros. No entanto, foi na conquista do território de Portugal que se tornou mais evidente o elemento da união numa nação “nós” que é a comunidade portuguesa contra os outros. Os interesses em comum transparecem com maior ênfase quando comparados aos interesses das demais comunidades, assim como, aumenta a necessidade de se unirem para prevalecerem.

Entre os elementos identificadores da comunidade portuguesa e que a distingue das restantes é reconhecido ao povo português uma natureza diplomática. É considerado um

elemento característico dos portugueses conseguirem assegurar a manutenção de boas relações e possuírem facilidade em estabelecer relações com outros povos. Estes e outros elementos são cruciais para a fundamentação de uma identidade coletiva, neste caso, a identidade portuguesa “é uma singularidade fundada no contacto ou no potencial de encontro e comunicação que pensam ter na relação com os outros” (Idem). Assim, segundo as palavras de Vitorino Magalhães Godinho é uma nação universalizante pelo seu potencial ou por aquele que pensa adquirir no contacto ao nível universal com os demais povos (Magalhães, 1983).

O passado histórico português foi o elemento que fomentou a união em torno de uma comunidade cultural que facilitou e continua a proporcionar até hoje a promoção do Estado-nação como um processo evolutivo. Existe na génese da formação da unidade política uma base diferente em relação à comunidade, sendo que, a comunidade é gerada de um consenso como sendo necessária para a manutenção ou sobrevivência da comunidade. Portanto, ao ser criada essa unidade política, surge a necessidade de se delinear os objetivos e interesses que esse Estado pretende alcançar.

Um planeamento nacional após a devida avaliação interna terá que observar o sistema internacional com cuidada reflexão, apreender possíveis obstáculos e prever ou construir capacidades internas passíveis de suscitar uma resposta a quaisquer obstáculos.

A preparação a nível interno de uma resposta pode deixar de ser interpretada como uma defesa e pode passar a ser considerada como uma estratégia ofensiva. No entanto, por ter a intenção de garantir a defesa é na realidade uma estratégia de defesa que nesta situação passa por concretizar um ataque ao inimigo. Enquanto, num sentido contrário uma estratégia defensiva implica uma resposta a um ataque. A perpetuação de um ataque antes mesmo de sofrer traduz-se neste sentido numa medida de defesa podendo o Estado tentar obter a vantagem da surpresa ou apenas impedir que o adversário reúna as condições necessárias a tornar-se atacante num período mais favorável para si.

A caracterização ou qualificação de uma ameaça possível ao Estado pode expressar-se na identificação de vulnerabilidades e potencialidades por si detidas. O processo ou mecanismo de debate utilizado para a discussão destes aspetos pertence à classe política.

1.1 - Os Conceitos de Defesa e de Segurança

A estratégia nacional consiste num plano que contempla a defesa e a segurança nacionais com os meios e estruturas disponíveis para garantir e assegurar a perseguição pelos objetivos e interesses nacionais. A questão inicial passa por esclarecer o que exprime o conceito da defesa nacional. Desde início, a interpretação do conceito depreende-se com a automática associação ao domínio militar. A defesa nacional detém como objetivo principal garantir a independência do país em especial contra possíveis ameaças exteriores. A associação entre ambas as definições, defesa nacional e defesa militar, deve-se ao facto de grande parte das ameaças à defesa nacional se concretizarem na forma de conflitos armados.

Naturalmente, a defesa que está planeada como resposta à ameaça era também efetuada militarmente. Apenas se alterou a compreensão de uma defesa nacional dispare da defesa militar, quando se alargou, por um lado, a defesa a outras dimensões e, por outro lado, a das ameaças aos domínios: “político, diplomático, económico e psicológico” (Cardoso, 1983: 94). As ameaças, em especial, devido ao desenvolvimento tecnológico tornaram-se inibidoras para a entrada em conflito armado entre Estados, passou a ser preferível a opção por estratégias de dissuasão de forma a evitar confronto. A defesa nacional ultrapassa mais que a garantia da manutenção das suas fronteiras. Adquire o potencial dos restantes meios do Estado e órgãos ao seu dispor com o intuito de perseguir os objetivos e interesses nacionais. O Estado passa a contemplar, no seu plano estratégico, a defesa nacional, que inclui as restantes áreas que compõem o Estado. A entrada em conflito armado, através de uma intervenção das forças armadas, revela-se menos apelativa por existirem meios pacíficos de resolução de diferendos, nomeadamente, a possibilidade de chegar a um acordo de paz por meio de negociações.

A interpretação sobre a defesa e segurança nacionais pode assumir três noções: o conceito restrito, o alargado e o integrado. Para alguns autores, a compreensão do conceito num sentido alargado e integrado da defesa nacional são em grande parte similares.

Seguindo a visão restrita, a defesa remete-se a incluir exclusivamente a dimensão militar. Considera-se assim que a defesa nacional referente apenas à defesa militar. As ameaças são provenientes principalmente de fatores externos, nomeadamente, ataques que provêm de exércitos de outros Estados. Porém, esta noção de defesa nacional é pré-industrial e, por isso, se compreende o relativo e diminuído leque de ameaças em consideração.

Durante a guerra fria, e ainda a assimilar as consequências da Segunda Guerra Mundial relativamente ao desenvolvimento e à sofisticação do armamento, passou a existir um maior número de países com preferência para evitar o recurso a um conflito armado. O contexto social tornou-se contrário justificando o sentido da utilização de outros meios em ordem a evitar um conflito armado. Durante o período de guerra fria, o conflito desenvolveu-se sem o recurso a armas provenientes do desenvolvimento tecnológico, sem esquecer o cada vez maior aumento no respeito e defesa dos direitos humanos à escala mundial. A guerra era cada vez menos uma opção viável à classe política no caminho para atingir os interesses do Estado.

A guerra como um instrumento político é a resposta a ataques à defesa nacional. Relaciona-se com a manutenção de paz porque para atingir a paz no sistema internacional tem sido a guerra o argumento utilizado. Existe uma continuidade entre a guerra e a paz, consequentemente, uma leva à outra porque “a guerra é a continuação das políticas de paz e a paz a continuação das políticas de guerra” (Idem: 95). A estratégia nacional que é decidida pela unidade política implica conceber através da coordenação das capacidades que o Estado possui para a manutenção de paz. É ainda necessário prever na estratégia nacional um plano de guerra nem que seja como último recurso pois

”já não são mais a política e a diplomacia que conduzem as relações internacionais, mas o «bluff», tornado possível pelo receio da guerra, as estratégias indiretas e as guerra por procuração” (Idem).

Por sua vez, o conceito alargado e integrado de defesa nacional desenvolveu-se com a interpenetração de assuntos de carácter interno e externo. Ocorreu a expansão dos domínios abrangidos na estratégia de defesa nacional. A diferença entre as perspetivas, alargada e integrada, depende da existência de uma hierarquia dos setores do Estado. A hierarquia de acordo com a importância no papel a desempenhar na concretização da defesa acontece na defesa nacional numa noção alargada.

A defesa nacional ao incluir os diversos setores económico, social, cultural em particular, desadequou a adoção do conceito restrito. O planeamento da defesa nacional com a abrangência dos diversos domínios do Estado e os organismos que tutelam retiraram o papel central e único à componente militar. A garantia da defesa nacional por ser mais que militar e incluir os restantes domínios do Estado, é uma defesa alargada, no entanto, continuou a prevalecer a atribuição de um papel principal ao domínio militar na defesa.

“O elemento militar deixou de ser a sua componente quase exclusiva e passou a constituir uma das várias componentes que, embora nem sempre a mais importantes, é sempre importante e sempre necessária visto que, na «selva» das relações internacionais, tem sempre mais razões quem argumenta com armas na mão” (Idem: 94-95).

O motivo para a expansão de domínios incluídos na planificação de uma estratégia de defesa nacional deveu-se ao variado leque de ameaças. Esta situação implicou uma resposta mais complexa a nível estratégico também este alargando conseqüentemente os setores envolvidos na defesa. Se existe um aumento do tipo de ameaças aos domínios sobre os quais se pode ser atacado (isto é, as vulnerabilidades do Estado identificadas na estratégia nacional), então a resposta deve ser também capaz de se preparar para mitigar esses mesmos riscos ou ameaças. Esta nova noção de defesa denominada defesa nacional baseia-se numa reciprocidade de responsabilidades entre o Estado e o cidadão.

A perspetiva alargada sobre a defesa nacional estende aos outros domínios do Estado como a economia, a cultura, os transportes e outros, a necessidade da sua inclusão num planeamento estratégico para a defesa. O objetivo é dirimir possíveis ameaças ou riscos à defesa nacional. Posteriormente, surge o conceito de defesa nacional com carácter integrado que funciona em sistema, ou seja, a defesa nacional organizada numa coordenação horizontal das várias áreas: “a política, a economia, a segurança pública, a proteção civil e as suas mentalidades” (Idem: 96).

“Constituindo a defesa nacional a envolvente das disposições adotadas pelo Estado (nos domínios prioritários da diplomacia, das forças armadas, da economia, da tecnologia e da informação) para responder à diversificação subtil das formas de ameaça ou de agressão modernas, numa atitude primordial de antigueria, a reflexão inerente aos problemas da função defesa terá de deixar de ser domínio privilegiado reservado a alguns iniciados, para mobilizar, urgentemente, todas as forças vivas da Nação” (Vieira, 1979: 14).

Com o carácter de abrangência de ameaças, a resposta terá necessariamente que ser dada pelos vários domínios. Outro aspeto que a defesa nacional precisa consiste em aumentar o seu poder de “recrutamento” por parte dos elementos da sociedade civil.

O conceito integrado para além de incluir os outros setores do Estado, como é feito na perspetiva alargada, coloca ainda os vários domínios ao mesmo nível da defesa militar, ou seja, nesta estratégia não existe uma hierarquia, traduzindo-se no fim do papel principal a ser desempenhado pela área militar. Neste aspeto reside a grande diferença entre as duas noções: numa alarga-se o espectro dos sectores envolvidos na defesa, mas garantindo sempre a prevalência de uma liderança nessa defesa ao setor militar proveniente da tradição do conceito restrito. Esta foi a progressão do conceito de defesa nacional que evoluiu em concordância com o contexto da época.

No entanto, prevalecem diferentes interpretações destes conceitos porque na perspetiva anglo-saxónica e brasileira a defesa nacional é definida como correspondente em grande medida à noção de defesa militar, podendo então constatar-se uma conceptualização no sentido restrito sobre a defesa. Por sua vez, a segurança nacional é interpretada como uma noção alargada ou integrada da defesa nacional. A segurança nacional traduz-se numa diferente evolução sobre o entendimento da sua noção, quanto o plano de defesa abrange todos os domínios do Estado então designa-se segurança nacional e não defesa nacional. Em suma, a defesa nacional permanece associada ao meio militar. Quando o Estado envolve outros setores na sua salvaguarda então passamos à segurança alargada ou integrada, dependendo da hierarquia ou não dos domínios envolvidos e do seu papel a desempenhar.

A perspetiva francesa e na maioria dos portugueses sobre a defesa nacional é associada primeiro como defesa militar, mas com o desenvolvimento de outras visões sofreu uma evolução para alargada e integrada, a própria noção de defesa nacional evoluiu com o contexto histórico. Ou seja, a defesa nacional é planeada, segundo estes, numa perspetiva alargada ou integrada. Enquanto o conceito restrito ficou apenas associado à defesa militar, não podemos no entanto esquecer que este é uma das partes do conceito abrangente de defesa nacional. Em suma, à defesa militar pertence o entendimento de uma defesa nacional, naturalmente, restrita; à defesa nacional, uma visão alargada ou integrada; e, à segurança nacional, o entendimento deve abranger os objetivos ou interesses que a defesa pretende alcançar.

Como explicitado, a defesa nacional é planeada pela unidade política. Esta unidade política, em democracias liberais, é eleita pelos indivíduos que integram esse Estado, ou seja, consentindo legitimidade, base do poder político para o planeamento estratégico nacional. Os indivíduos criam o Estado, no caso dos Estados-nação estes surgem de uma identidade que dá forma à comunidade. A comunidade gerada da identidade coletiva deve-se à partilha de valores e interesses. No entanto, um papel ainda por explorar é o da defesa civil dentro da defesa nacional que sofreu alterações. Numa primeira compreensão, esta era sinónimo de defesa militar ao qual se inclui atualmente a defesa civil. A perceção inicial deve-se ao facto de os atores do sistema internacional que detinham o poder e a capacidade de ameaçar a soberania de determinado país serem Estados que utilizavam os meios militares para atacarem e responderem às ameaças. A evolução histórica do sistema internacional desenvolveu um cenário com diversos atores, apesar da prevalência de um ator no centro, o

Estado, seguindo uma perspectiva realista. No entanto, este novo quadro que engloba novas áreas passíveis de um país poder sofrer um ataque, implicou uma revisão no entendimento sobre os conceitos, pois estavam desadequados da realidade.

O objetivo principal da defesa nacional que é a soberania do país é exigido pela comunidade constituinte de determinado Estado implica, naturalmente, uma aplicação do conceito à realidade dos factos. No plano interno é provável que exista a possibilidade de ameaças provenientes de grupos discordantes à estrutura política instituída, ou seja, não são apenas outros Estados os únicos a colocar obstáculos à defesa nacional. Pode concluir-se, porém, que a defesa implica a salvaguarda da sua independência numa primeira fase sobre a qual é necessário garantir a salvaguarda do território, de seguida o bem-estar dos cidadãos traduzindo-se na segurança nacional desse Estado. A relação entre o Estado e a Comunidade é baseada na reciprocidade porque o Estado tem na comunidade a sua razão de existir. Enquanto, a comunidade organiza-se em torno de uma estrutura para garantir a sua salvaguarda, a sua independência, desenvolvendo as regras, estruturas e meios para o efeito.

O planeamento da defesa nacional remete-se à definição da abrangência de tarefas ao encargo da defesa que não diminui a complexidade na definição da sua jurisdição, tendo como base o conceito alargado ou integrado. Nesta perspectiva passa a corresponder à defesa uma grande variedade de acontecimentos mesmo sem que estes sejam diretamente relacionados com a atividade da defesa militar, antes exclusiva da defesa nacional. Criam-se assim problemas na sua delimitação e, por isso, são necessários inúmeros debates e estudos sobre o contexto nacional e internacional para a tomada de decisão sobre o que pertence ou não à área da defesa. Esta indefinição sobre o que é passível de ser considerado como parte integrante da defesa traduz-se numa maior dificuldade na identificação de possíveis ameaças, ou pontos estratégicos para que outros países ataquem com políticas externas, por exemplo, imprevisíveis e, por isso, difíceis de contra-atacar. Este facto complica e embaraça ainda mais o planeamento estratégico elemento da máxima importância para uma defesa bem estruturada. Uma estratégia que inclui não apenas as partes envolvidas mas esclarece, por decisão política, quais as áreas abrangidas pela defesa. Na impossibilidade desse planeamento também a repartição das tarefas de defesa pelos vários domínios do Estado torna-se impossível de concretizar. Apenas o planeamento proporciona uma clarificação sobre a jurisdição da defesa que por ser muito complexa torna indeterminada as competências que cada domínio tem a desempenhar.

O projeto de segurança nacional é estabelecido com o intuito de salvaguardar os objetivos e interesses nacionais. A noção de segurança requer um aprofundamento da sua noção e o que é o sentimento de segurança. O conceito de segurança e o sentimento de segurança são diferentes e com implicações díspares, por isso, com repercussões para aquelas que podem ser consideradas políticas de segurança, naturalmente, decididas pela entidade política de determinado Estado.

A segurança não significa estar seguro como se depreende no conceito de defesa na qual a defesa é sinónimo de defender. A noção de segurança implica necessariamente o

impedir de uma ação danosa ou de perigo ou qualquer ação com causa prejudicial. Neste sentido, o sentimento de segurança baseia-se numa crença individual de que está protegido o suficiente e dificilmente poderá algo afeta-lo ou prejudica-lo. Enquanto, a defesa de um país tem por objetivo a salvaguarda da soberania do país, a segurança pretende garantir os objetivos nacionais (Fernandes e Duarte, 1999: 112).

O estudo sobre as questões da segurança é relativamente recente no plano das relações internacionais. Os estudos de segurança, segundo alguns autores, terão tido a primeira definição de segurança nacional, estabelecida por Walter Lippmann em 1943, *US Foreign Policy: Shield of the Republic*. De acordo com Lippmann, a segurança da nação está assegurada na medida em que não esteja em perigo o sacrifício de valores essenciais (Bilgin *et al.* 1998: 133).

A separação entre o que é defesa nacional e segurança nacional não é consensual. Existe em alguns países o entendimento de uma defesa nacional no sentido de esta ser o objetivo de alcançar a segurança nacional. Enquanto, que outros autores preferem considerar que a finalidade da segurança é a salvaguarda da paz e liberdade (Cardoso, 1983:98).

A execução de segurança é por vezes considerada como um dos interesses do Estado “a par com o bem-estar e a justiça social”. Esta interpretação ocorre num período de paz. Contudo, em períodos de conflito a segurança surge associada às garantias básicas para os cidadãos como “a paz, a liberdade, a sobrevivência, ou outros valores nacionais” (Idem: 100).

A organização de um plano de segurança nacional concretiza-se através da distribuição de competências pelos órgãos que pertencem à estrutura do Estado. Quanto maior for a coordenação e a consciencialização por parte de cada ator interveniente menor a interferência que é requisitada à dimensão política. Uma menor intervenção por parte da dimensão política é a situação pretendida. A distribuição de funções deve ser clara e esclarecida para que seja possível um bom desempenho por parte de todos. Numa eficaz coordenação conseguir-se-á retirar, ao longo da contínua ação da segurança, uma menor intervenção política no que é planeado e executado na dimensão da segurança nacional.

A atividade da segurança, que consiste na persecução do projeto delineado na estratégia de defesa nacional, faz parte da análise da importância do sector da defesa num qualquer Estado, neste caso o Português.

O teórico Stephen Walt sugere que as relações internacionais estabelecidas durante o período da Guerra Fria não podem ser observadas e compreendidas pela interpretação realista, pelo facto do sistema internacional ser constituído por mais atores para além do Estado. Ao retirar o papel central ao Estado, como ator central das relações internacionais, inviabiliza a utilização da teoria realista para a análise dos fenómenos, o autor sugere a teoria neo-realista. Os estudos de segurança evidenciam ainda que o uso da força militar, exclusivo na manutenção da segurança nacional, tornou-se numa política desadequada à realidade que se estruturou no período pós guerra fria. Nesta época, surgiu no debate teórico a defesa de uma alteração da análise, com o foco sobre o papel do Estado alterado deixando este de ser o centro do estudo. A relutância sobre o papel central do Estado deveu-se ao

surgimento de outros atores com os quais o Estado passou a lidar no sistema internacional. No entanto, a reformulação do estudo sem os Estados a desempenharem o papel central apresentou incapacidades na resposta a todas as necessidades, acabando a própria reformulação por ser criticada (Kraus e Williams, 1997).

O argumento que suporta o uso da teoria realista remete-se ao facto do Estado continuar a deter o poder da guerra e da paz. Ao Estado está delegado a capacidade de declarar guerra ou assinar tratados e acordos de paz. As questões de paz e de guerra definem a existência ou inexistência de segurança. Assim como, a contínua preocupação com a garantia da sobrevivência do país coloca o Estado no centro da análise e, por isso, o uso da teoria realista na compreensão do fenómeno.

O conceito de segurança evoluiu em concordância com o mundo. No pós Revolução Francesa, a segurança passa a ser interpretada num sentido coletivo. Com este rumo o significado da segurança é o regresso à perspectiva de Thomas Hobbes no qual se configura um sistema internacional anárquico, a permanência de uma situação em que todos estão contra todos. Neste período já existia um coletivo sendo a função do Estado salvaguardar a sua segurança através dos meios disponíveis que dispõe (Idem).

O conceito de segurança é interpretado muitas vezes relacionado com a sobrevivência, nesta perspectiva, a segurança está relacionada com as ambições políticas e sociais. Ken Booth determina que, partindo destes princípios, a segurança passa a chamar-se “survival-plus” (mais que sobrevivência), concentrando os esforços da segurança na busca por liberdade (Williams, 2008: 5-6).

O conceito de segurança nacional, numa primeira fase, dava prioridade à salvaguarda da independência do Estado. Mais tarde, passou e a incluir-se a salvaguarda dos indivíduos.

A noção de segurança traduz então a atividade programada na estratégia nacional do Estado. Neste sentido, todos os sectores estão incluídos na estratégia nacional, que dependendo do conceito de defesa utilizado, são estabelecidas as responsabilidades, atividades e hierarquias que terão implicações no decorrer dos trabalhos encarregues para atingir a segurança da nação. A segurança caracteriza-se assim, como a estratégia em ação, pois com o entendimento da defesa num conceito alargado ou integrado, até mesmo a defesa limitada ao sector militar, no delinear da estratégia foram distribuídas funções e, por isso, ao serem executas são seguidos os objetivos e interesses nacionais a que se resume a segurança nacional.

No intuito de gerar uma definição de uma estratégia com visão no futuro da defesa dos objetivos e interesses nacionais era fulcral a definição de um conceito de defesa nacional para Portugal. O que leva em 1979 por parte do Instituto da Defesa Nacional (IDN) a criação de um conceito sobre defesa nacional para que este fosse utilizado no trabalho do Instituto.

O conceito encontrado pelo IDN baseou-se numa perspectiva de defesa alargada o que significa uma abrangência das várias valências do país: militar, económica, cultural e outras, incluídas na estratégia de defesa. O papel da defesa militar não é reduzido como ocorre na defesa integrada, mas apenas são contemplados novos domínios para a defesa.

“O conceito alargado é analítico e considera que a par da defesa militar existe uma defesa económica, uma defesa psicológica, uma defesa civil, uma defesa cultural, etc., sendo a defesa nacional como que o somatório de todas as parcelas, afetadas de coeficientes de valores variáveis com as conjunturas e, fundamentalmente, com as ameaças” (Cardoso, 1983: 96).

As conclusões alcançadas sobre o que compreende a dimensão da defesa nacional ficaram pelo estabelecimento de um conceito de ação pluridisciplinar, ou seja, não circunscrita ou reservada ao meio militar, mas incluindo as restantes áreas do país. Portanto, esta transversalidade de setores do país incluídos neste conceito deve-se ao variado tipo de ameaças à defesa da nação. Naturalmente, a resposta às ameaças caracterizadas como tal pelo conceito de ação pluridisciplinar implica uma resposta através de um “conjunto de medidas de carácter político, económico, sociocultural e militar”. As possíveis respostas que devem ser tomadas para solucionar questões que “direta ou indiretamente possam pôr em causa a segurança da Nação” não ficam à exclusiva responsabilidade das Forças Armadas (Magalhães, 1983: 15). Esse é o factor importante de uma estratégia de defesa nacional, garantir o reconhecimento de possíveis ameaças a vários níveis e a definição de uma resposta mais abrangente.

Nesta defesa alargada o papel da sociedade civil torna-se essencial e, por esse facto, o interesse e conhecimento divulgado nos domínios da defesa acabam por se constituir um elemento fundamental. Desse elemento resulta o impulso do Instituto em incluir elementos da sociedade civil na definição de um conceito estratégico como foi realizado para o debate da noção de defesa nacional.

O IDN, que surgiu após o 25 de Abril, estabeleceu um conceito de defesa nacional que não existia em Portugal e era crucial para o funcionamento do Instituto pois existia essa necessidade.

“A defesa nacional é o conjunto de medidas tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural que, adequadamente integradas e coordenadas e desenvolvidas global e sectorialmente, permitem reforçar as potencialidades da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaças que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a segurança nacional” (Cardoso, 1983: 100).

O colmatar desta falha por parte do Estado Português apenas ocorreu em 1982, quando ficou consagrado na Constituição Portuguesa o que se entende por defesa nacional.

O processo para a elaboração de uma legislação sobre defesa nacional em Portugal passou por três fases: a primeira consistiu na formulação de uma estratégia nacional, a segunda, na separação entre o setor económico e a política de defesa nacional e, a terceira, na organização de execução da defesa.

A defesa nacional é pensada em relação à defesa do próprio Estado contra os outros sendo que o sistema internacional, devido ao processo da globalização, apela à existência de uma política interna e externa constantemente reavaliada, sem esquecer os objetivos e interesses nacionais.

1.2 - A Estratégia Nacional

A defesa e a segurança são considerados domínios fundamentais para assegurar a sobrevivência e independência do Estado. O Estado soberano, segundo a perspectiva realista, tem como seu objetivo principal a sua sobrevivência no sistema internacional. Naturalmente, a sua sobrevivência implica a criação de um plano que consiste numa estratégia. Esta estratégia tem por missão a procura da sua sobrevivência no sistema internacional.

Qualquer estudo sobre a estratégia terá necessariamente que refletir a sua conceptualização, através da sua origem e evolução. No entanto, neste relatório será apenas analisada a aplicação da estratégia tendo em consideração o plano da defesa e da segurança nacionais, objetivo específico deste subcapítulo.

A definição em concreto sobre o que é a estratégia surge, naturalmente, associado ao percurso que se pretende seguir, sempre por decisão política. Este planeamento acontece depois de uma avaliação sobre os atores envolvidos e os meios ao seu dispor para alcançar os objetivos nacionais. O ato de conceber uma estratégia consiste em “procurar e encontrar as melhores formas de alcançar os objetivos propostos, utilizando os meios disponíveis e tendo em conta as oposições existentes” (editorial NeD, 1983: 7). No delinear de uma estratégia a nível nacional, é necessário e fundamental o levantamento prévio de vários aspetos nacionais. Deve ser feito um estudo nacional destacando os ‘aspetos fortes’, passíveis de serem explorados, de forma a aumentar as capacidades do Estado. O estudo deve ainda incluir a análise daqueles que são considerados os ‘aspetos fracos’ do Estado. Esta observação e análise interna consiste basicamente na identificação de potencialidades e vulnerabilidades que podem ser exploradas por adversários ou pelo próprio Estado, e que são cruciais na estratégia. Estes elementos podem ser considerados facilitadores ou obstáculos à persecução dos objetivos e interesses nacionais.

Entretanto surge a certeza do objetivo ou objetivos a seguir como função do Estado e, é na procura pela concretização destes, que o Estado define a sua estratégia. O que serão então os objetivos e interesses do Estado? Em primeiro lugar, o Estado procura garantir a sua sobrevivência, a sua permanência no sistema internacional e só após esta estar garantida é que surge a preocupação com o bem-estar dos seus cidadãos e o seu desenvolvimento. Segundo as palavras do Brigadeiro José Lucena “cada Estado tem como preocupação primária a sua segurança, a fim de poder garantir a sua existência, usufruir os seus direitos e proteger os seus interesses” (Lucena, 1985: 104). Esta salvaguarda é função da estratégia, que coloca na sua generalidade todas as entidades políticas no planeamento de uma estratégia, embora não se encontrem formas idênticas no concretizar da estratégia por parte de todos os Estados.

A procura da defesa dos interesses e objetivos nacionais implica a coordenação entre o Estado e os seus cidadãos, num sentimento de pertença e de partilha de valores, costumes,

interesses, um passado histórico comum que, através desse reconhecimento, justifica a criação de uma estratégia nacional. Sem a pertença natural ou identificação comum, não existe razão para se organizarem em torno de uma unidade, o Estado, com uma estratégia e, por conseguinte, a existência de uma defesa nacional.

”A definição dos interesses e objetivos de preservação daqueles valores, a maneira de os atingir e conservar ou desenvolver, os recursos a despender, os meios ou ações a empreender para tal efeito, tudo é política, não é organização, não são estruturas” (Comprido, 1979: 39).

Apesar de ser competência da unidade política a elaboração da estratégia nacional em torno dos objetivos do Estado, a opinião pública exerce a sua influência, assim como, os meios de comunicação social desempenham um papel fundamental na divulgação e promoção de debate sobre os objetivos nacionais. Entre os objetivos nacionais contemplados na estratégia nacional existem os que são permanentes e os conjunturais. Naturalmente, os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) são referentes aos aspetos que se relacionam com a formação desse Estado. Os elementos que geram uma união num Estado são características essenciais à sua salvaguarda no sistema internacional.

Portanto, entre os ONP encontra-se:

“a sobrevivência nacional, com independência e soberania; a prevenção e defesa da identidade nacional; o desenvolvimento, com progresso e bem estar dos nacionais; a defesa e a valorização da sua condição marítima, que é parte integrante da sua existência secular; a liberdade de ação dos órgãos de soberania livremente eleitos o regular funcionamento das instituições democráticas e a realização das funções e tarefas do Estado” (Fontoura, 2013: 68).

Os Objetivos Nacionais Conjunturais (ONC) são como o próprio nome indica objetivos que pretendem, pelo contexto em que são definidos, garantir a facilitação dos ONP. Os ONC são os objetivos que sofrem as constantes atualizações, pois, é nestes que se refletem as mudanças seja a nível interno ou externo ao Estado. Na estratégia nacional os ONC reproduzem a posição do país no contexto internacional com as alterações necessárias para que sejam facilitadas as condições favoráveis à perseguição dos ONP.

No pensamento de Luís Fontoura é esta a linha dos ONC em Portugal:

”a correção dos desequilíbrios financeiros, de forma a restaurar a credibilidade externa e a preservar a coesão social, reforçando, simultaneamente, a autonomia e a capacidade de ação externa do país; adoção de políticas que materializem a recuperação económica e o crescimento sustentado; correção de vulnerabilidades e excessivas dependências, que limitem aspetos vitais da soberania e da independência nacional, ponham em causa a coesão ou cerceiem a liberdade de ação do Estado na defesa dos seus interesses e objetivos; valorização da condição atlântica do país e “ocupação efetiva” da sua plataforma marítima, através da investigação científica, da exploração dos recursos e da defesa; consolidação e ampliação da rede de alianças e parcerias estratégicas e económicas que possam contribuir para melhor gerir ameaças e riscos originados no exterior e impulsionar o potencial estratégico nacional para atingir, mais rapidamente, os objetivos anteriores; preservação de uma defesa militar autónoma de natureza dissuasória

e defensiva, evitando riscos de perda da solidariedade dos parceiros, da coesão da segurança coletiva e da identidade nacional; racionalização e rentabilização de recursos, mediante o desenvolvimento de capacidades civis e militares integradas” (Idem: 68-69).

Esta análise, como referido, é o resultado do estudo pretendido no planeamento de uma estratégia nacional, no entanto, requer uma atualização permanente e adequada à realidade do país a que se destina.

A alteração do contexto nacional e internacional, implica uma necessidade de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN). Este conceito identifica os riscos e ameaças futuras e os meios para combater obstáculos resilientes e novos. No ano de 2003 foi necessário considerar novos obstáculos como o terrorismo internacional e a proliferação de armas de destruição maciça. Atualmente estes mantêm-se como impedimentos à defesa nacional e, por isso, permanecem considerados no plano estratégico (Idem: 37).

Até aos dias de hoje ambos os conceitos de defesa e segurança nacional tem sido executados e interpretados através do CEDN. Este conceito é constituído através de um quadro de referência de segurança e defesa num âmbito alargado e abrangente na procura sobre os objetivos.

No CEDN definido em 2003 esteve patente a aposta de Portugal no multilateralismo através das organizações internacionais de que o país é membro, como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da União Europeia (UE) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Neste contexto, as forças armadas teriam um papel estruturante nos quadros institucionais destas organizações internacionais. O Estado português demonstrava assim a sua opção por uma defesa cooperativa.

A segurança nacional é formulada tendo em consideração inúmeras dimensões: uma dimensão material que se refere à independência nacional; a dimensão que considera o objeto da segurança de acordo com o princípio da segurança coletiva; uma dimensão espacialmente respeitante à possibilidade do cumprimento das políticas de segurança e defesa comuns no âmbito da UE; e, por fim, uma dimensão de antecipação para salvaguardar os objetivos e interesses nacionais e garantir a preparação de uma resposta a possíveis ameaças e agressões externas (Fontoura, 2013: 41-42).

Em Portugal a segurança nacional de acordo com Luís Fontoura considera a segurança militar concretizada pela defesa militar; a segurança de independência e soberania nacionais como a resposta a ameaças e riscos internos e externos; o mapear de uma segurança nacional em concordância com os objetivos da defesa nacional; a segurança da sociedade que consiste na salvaguarda das estruturas do Estado e de todos os elementos que formam a identidade nacional; a segurança humanitária e jusfundamental, que está fundamentada juridicamente com base na lei, é concretizada pelo respeito de normas internacionais como a defesa dos direitos humanos; a segurança coletiva e cooperativa, objetivo definido na defesa nacional, com a participação dos recursos nacionais disponíveis para missões no âmbito da ONU, OTAN e UE (Idem: 42).

As forças de segurança e as forças armadas ao cooperarem nas suas missões “ganham dimensão legitimatória internacional no plano da segurança coletiva e da segurança cooperativa, legitimando-se elas próprias como forças de produção de paz e de segurança internacional” (Idem: 43).

Sendo que Luís Fontoura aponta ser através da cooperação no âmbito nacional e internacional, entre as forças armadas e forças de segurança, que se passa então a justificar a criação de um Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional (CESDN) (Fontoura, 2013:43).

Segundo Luís Fontoura, a estratégia de segurança e defesa nacional suporta-se em três aspetos: o crescimento económico e social, a diplomacia e as forças armadas. O crescimento económico permite ao Estado possuir a capacidade de garantir os seus objetivos nacionais, refutando a ideia de um Estado Exíguo. Este elemento é crucial para assegurar o Estado soberano e independente no sistema internacional. Neste sentido é o crescimento económico e social o primeiro aspeto a afirmar para assegurar a segurança nacional.

“Só um país económico e financeiramente saudável, de contas equilibradas, pode suportar a despesa dos outros pilares, além de estimular, positivamente, ao mesmo tempo, o crescimento social e cultural. O crescimento social está de par com o económico, mas tem o seu ritmo dependente deste” (Idem: 44).

A diplomacia, que se apresenta como o segundo elemento para o CESDN, é uma área de grande relevância e tem desempenhado um papel preponderante. A missão diplomática é constituída pela representação do serviço público num território de outro Estado, sendo este o objetivo permanente. Esta representação é assegurada pelas Embaixadas não excluindo missões especiais ou *ad hoc* (para um propósito). A diplomacia é um instrumento da política externa, que entre várias funções serve para adquirir contactos e desenvolver relações multilaterais. Enquanto, a nível interno facilita a recolha de informação para a tomada de decisão por parte da classe política. A diplomacia compreende ainda a negociação e a promoção dos interesses de um Estado junto dos restantes.

“Não é possível substituir o trabalho coordenado, ativo e discreto de uma Embaixada, neste mundo que caminha a grande velocidade e em que os problemas se desmultiplicam e se cruzam incessantemente, na transmissão, defesa e divulgação dos interesses nacionais, políticos, económicos ou culturais, junto das entidades que interessa informar; na recolha oportuna de informações que ajudam diariamente os governos a formar opinião e a tomar decisões corretas. Além disso, a organização internacional vem-se complexificando, desmultiplicando as malhas dos *fora* multilaterais, onde a diplomacia age quotidianamente com intensidade, contribuindo para a formação do conhecimento que apoia as suas decisões, onde se influencia e protegem os países, sobretudo os mais vulneráveis” (Idem: 45).

Devido à importância da diplomacia na planificação da estratégia nacional, é necessário que o primeiro pilar esteja assegurado, ou seja, só através de uma economia favorável não é suscetível de ser impedida a ação diplomática.

“A diplomacia, garantidos que lhe estejam os meios que só uma economia próspera pode satisfazer, é o nosso segundo pilar de segurança e defesa, afastada, como parece estar,

qualquer possibilidade de nos defendermos, isoladamente, das armas de outros Estados”
(Idem: 45).

O terceiro aspeto é composto pelas forças armadas que pode ser inicialmente interpretado pelo conceito de defesa militar. Traduz-se na manutenção da soberania através da defesa “da independência nacional, da autoridade do Estado, da segurança dos cidadãos e da plenitude do regime democrático”. Após a defesa nacional estar garantida as forças armadas passam a ter capacidade de “presença ativa em missões internacionais de paz e no amplo quadro de atividades da OTAN onde, essencialmente, se enquadra a nossa defesa militar e em futuros enquadramentos de defesa europeia” (Idem). No âmbito do proposto novo CESDN, neste aspeto, estão incluídas “as forças e serviços de segurança, os serviços de informações e a proteção civil” (Idem: 101).

Naturalmente, os três elementos basilares deste novo CESDN se relacionam e influenciam, o primeiro facilita as condições indispensáveis ao funcionamento dos restantes. A ação da diplomacia não exclui o uso da força, assim como, o uso da força não é impeditivo ao recurso do instrumento que é a diplomacia.

A aposta portuguesa demonstrada, para Luís Fontoura, tem na sua estratégia uma aposta nas relações diplomáticas, no entanto, para garantir a sua capacidade a esse nível tem que demonstrar a capacidade competitiva e revelar que consegue cumprir os seus compromissos. Remetendo para o Estado português uma dedicação com grande empenho no primeiro elemento da planificação de uma estratégia nacional, que consiste na existência de um sector económico e social estável. Situação apenas possível de alcançar com a superação da atual crise económica que tem repercussões sociais nas quais Portugal encontra um grande obstáculo.

Capítulo 2. O Instituto da Defesa Nacional

O Instituto da Defesa Nacional (IDN) tem a sua área de trabalho direcionado ao pensamento da defesa e segurança nacional. O IDN providência um espaço para o debate com a inclusão de todos os domínios da sociedade civil para derrubar o estereótipo da defesa ser de responsabilidade exclusiva militar.

A contribuição do IDN para a defesa e segurança nacionais decorre da sua participação no planeamento do Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional (CESDN). A atividade do IDN insere-se no âmbito do primeiro pilar da estratégia nacional ao providenciar contributo na formação de um plano, que promove a rentabilização dos recursos referentes à defesa e segurança sem prejudicar a eficiência dos restantes trabalhos do Instituto. O IDN desempenha também um papel como instrumento da política externa portuguesa com participação no alcance dos objetivos nacionais. O Instituto facilita a promoção dos objetivos nacionais integrando de outros órgãos estatais projetos como a Iniciativa 5+5 Defesa. Neste capítulo que é sobre o IDN apresenta-se esta entidade através da sua contextualização histórica através da sua origem, das suas atividades e da sua evolução histórica.

2.1. Contextualização e Evolução Histórica

O contexto que proporcionou a criação do IDN deveu-se ao desenvolvimento da defesa nacional em ambos os níveis, estruturas e organizacionais. No entanto, ainda antes da Revolução dos Cravos existia em Portugal uma corrente, não exclusivamente, de pensadores que se dedicavam aos desígnios da defesa e segurança nacionais. Consequentemente, estes pensadores refletiam a importância na criação de um espaço dedicado ao pensamento sobre as questões relacionadas com a defesa e segurança nacionais.

O General Câmara Pina foi, em grande parte, um dos responsáveis por promover esse pensamento em Portugal. O Instituto que antecedeu o IDN surgiu pelo empenho do General num contexto que interpretava a defesa nacional como defesa militar, conhecido como o Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN).

O IAEDN teve como seu grande impulsionador, ou como maior defensor, o General Câmara Pina, existe inclusive quem defende-se que a criação deste Instituto se devesse ao impulso do General e por esse motivo destinado à sua chefia. Por sua vez, o IDN teve como seu impulsionador o General Ramalho Eanes que colocou a tarefa de reformular um Instituto com similares funções ao IAEDN ao encargo do General Lopes dos Santos.

O IAEDN, segundo o pensamento do seu grande impulsionador e defensor, devia promover o debate no meio civil como no meio militar sobre as matérias de defesa e

segurança nacionais. Este Instituto esteve em funcionamento desde 1969 e interrompeu a sua atividade em 1974.

A ação do IAEDN foi suspensa em Novembro de 1974 por decisão do Conselho de Chefes do Estado-Maior sem uma data prevista para o recomeço dos trabalhos do Instituto. O País encontrava-se num período de mudança de acordo com qual o Conselho de Chefes argumentou na sua decisão, em que justificou a suspensão dos trabalhos, considerando o trabalho desenvolvido pelo Instituto como incompatível tendo em conta o contexto nacional (Vieira, 2007: 1). Em resultado definiu-se que as instalações, que deram lugar ao IAEDN, passariam à disposição do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA).

O reaparecimento de um Instituto preocupado com as áreas da defesa e segurança, ou seja, com o objetivo da promoção destes domínios em ambos os meios, civil e militar, surgiu por impulso do General Ramalho Eanes. Na época, o General Ramalho Eanes ocupava a o cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) com a pretensão de encontrar uma solução para colmatar a falha causada pelo encerramento do anterior Instituto. A missão de corrigir esta falha foi entregue ao General Lopes dos Santos, Vice-Chefe do Estado-maior do Exército (EME), pelo General Ramalho Eanes, após os acontecimentos de 25 de novembro de 1974. Neste período o esforço para um novo Instituto passou pela transferência do Centro de Estudos Militares para as instalações do antigo IAEDN (Idem).

Acabando o IDN por ser instituído a 12 de julho de 1976 através do Decreto-lei n.º550 D/76 pelo General Ramalho Eanes, Presidente do Conselho da Revolução. O IDN na sua criação encontrava-se, não sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional (MDN), como se encontra atualmente, mas sob a dependência do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA).

“Tendo sido considerado oportuno e indispensável recomeçar as atividades de um instituto em condições de estudar os problemas fundamentais ligados à defesa nacional” e “aproveitar esse órgão para a análise e debate de matérias do domínio sócio-político e da posição das FA no contexto da Nação” (Decreto-Lei 550-D/76).

Apesar da contestação por parte de alguns, o Instituto entrou em funcionamento com o General Lopes dos Santos desempenhando o cargo de diretor e no ano seguinte passou o Vice-Almirante Leonel Cardoso a desempenhar tais funções.

Na sua criação, segundo o Tenente-General Guilherme Belchior Vieira, o IDN era o “renascimento” de uma forma renovada em relação ao Instituto precedente. Os propósitos do IDN na sua fundação em 1976 era principalmente o propósito de promover o debate sobre as questões de defesa e segurança, entre civis e militares. O IDN foi instituído com diferentes atividades programas como o Curso de Defesa Nacional (CDN), o Estágio Interforças e na época foi proposta a realização de um estudo sobre Portugal. Os dois últimos projetos foram concretizados apenas em 1978, pois, anteriormente o IDN não reunia a capacidade humana suficiente para realizar todos os seus trabalhos (Vieira, 2007:2). O IDN desde o seu estabelecimento teve essa dificuldade, a escassez em termos de recursos humanos, o que se traduziu num acumular de funções para os que no Instituto trabalhavam. Em simultâneo

desempenhavam diversas funções o que não permitia a execução de todos os objetivos que o Instituto pretendia, nomeadamente, a concretização do CDN, estágios, conferências, estudos e outras atividades, a concretizar no âmbito da sua missão.

O contexto português apresentou desafios ao IDN. Um destes desafios consistiu na falta de esclarecimento sobre as áreas de ação defesa e segurança nacionais. Em Portugal, durante o período da sua criação não existiam bases conceptuais para um esclarecimento sobre o que era a defesa ou segurança, assim como, as funções e os meios relacionados com estes domínios. A solução encontrada pelo IDN para ultrapassar este défice consistiu em promover debates, visando a definição dos conceitos em causa.

Em ambos os Institutos, IDN e IAEDN, existiu vontade em criar um espaço para a promoção das matérias de defesa e segurança, assim como, de assuntos relacionados mas não apenas dedicados ao domínio militar. Um espaço que, incluindo também elementos da sociedade civil, pudesse desempenhar um papel na difusão destes assuntos. O Instituto surgiu também como um espaço de colaboração entre os ramos das Forças Armadas, no qual o Estágio Interforças era o grande exemplo. Na promoção do debate entre civis e militares sobre os assuntos da defesa e segurança, o Curso de Defesa Nacional (CDN) é considerado um êxito desse propósito.

Após a criação do IDN, o Instituto sofreu alterações entre as quais uma foi a alteração sobre a dependência em que se encontrava, anteriormente pertencia ao CEMGFA e passou a integrar o Ministério da Defesa Nacional (MDN), em 1982. Esta modificação acontece através da integração das Forças Armadas para a dependência do MDN, definida na primeira Lei de Defesa Nacional e das Força Armadas (Lei n.º29/82) estabelecida em Portugal.

O trabalho que o IDN desenvolvia refletiu-se em 1991 com uma reorganização devido ao reconhecimento desse mesmo trabalho e com intenções de permitir um melhor aproveitamento foram aprovadas alterações à organização do Instituto. O IDN “tem prestado um relevante contributo para o estudo, investigação e divulgação de matérias relacionadas com a defesa nacional” e, por isso, “aconselham à revisão do seu diploma orgânico” (Decreto Regulamentar n.º41/91).

O depoimento do Tenente-General Guilherme Belchior Vieira, durante uma palestra proferida no IDN em 2007, serviu de testemunho sobre a evolução do IDN desde o período do seu surgimento até aos anos 80. Referindo-se a esse período como um período para o IDN não apenas de afirmação em relação ao exterior mas também um termos de crescimento interno. De acordo com Rocha Trindade, em 1983, o IDN detinha uma reputação que o considerava um espaço facilitador e promovedor de debate entre a sociedade civil e as forças armadas, afirmando que “este Instituto da Defesa Nacional soube criar já, nos poucos anos da sua atividade, uma reputação de abertura, de pluralidade e de frontalidade no tratamento dos problemas que aborda, uma linguagem de total franqueza” (Trindade: 1983, 24).

2.2. A Participação ao nível da Estratégia

No intuito de apresentar o trabalho desenvolvido no IDN são explorados de seguida os objetivos atribuídos ao Instituto com o trabalho desenvolvido. O IDN persegue as seguintes funções: o suporte à estruturação e promoção do pensamento estratégico nacional com especial foco nas áreas centrais do Instituto, a segurança e defesa nacionais. No âmbito da formulação do pensamento estratégico nacional compete ao IDN fazê-lo em conjunto com outros organismos, públicos e privados, que desenvolvem o seu trabalho nestas áreas. De acordo com os objetivos reafirmados em Decreto Regulamentar,

”o IDN prossegue as seguintes atribuições: a) assegurar o apoio à formulação e desenvolvimento do pensamento estratégico nacional nos domínios relacionados com a segurança e defesa; b) fomentar a elaboração e discussão de outras vertentes ligadas a um pensamento estratégico nacional, em sinergia com os organismos públicos e privados vocacionados para tal” (Decreto Regulamentar, 2009).

Ainda entre as funções entregues ao IDN encontra-se o garantir uma contínua investigação sobre os domínios da segurança e defesa nacionais, “b) assegurar a investigação, o estudo e a divulgação das questões de segurança e defesa” (Idem). Um exemplo deste trabalho desempenhado pelo Instituto é a publicação da Revista Nação & Defesa.

Os cursos que o IDN tem realizado, o CDN desde o seu surgimento, fazem parte do cumprimento de outra competência atribuída ao IDN, quando se pretende que o Instituto assegure um espaço de cooperação entre o domínio público e privado, assim como, entre os ramos das Forças Armadas para que todos possam debater e promover o conhecimento.

“d) Promover e reforçar as relações civis-militares e valorizar os quadros das Forças Armadas, da Administração Pública, dos setores público, privado e cooperativo, através do estudo, divulgação e debate dos grandes temas nacionais e internacionais com incidência no domínio da segurança e defesa” (Idem).

O Curso de Defesa Nacional e o Curso de Gestão Civil de Crises são exemplos em como o Instituto promove a formação e o debate sobre as questões de segurança e defesa e nos quais a participação é realizada por membros dos diversos quadros a que se propõe.

Enquanto, por sua vez, na promoção dos valores da segurança e defesa no meio civil o IDN tem realizado também cursos, por exemplo o Curso de Defesa para Jovens ou o Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas. Cursos mais específicos que permitem uma formação mais adequada por estar direcionada a um grupo específico. O Instituto tem também criado conferências e seminários abertos ao público que podem fazer parte de sessões de cursos a decorrer no IDN, ou por serem consideradas de interesse nacional. Integrado no objetivo:

“e) Contribuir para a sensibilização da sociedade para as questões da segurança e defesa, em especial no que respeita à consciencialização para os valores fundamentais que lhe são inerentes” (Idem).

Os Grupos de Estudo fazem parte da linha de investigação do Instituto de forma a produzir conhecimento sobre as questões referentes à segurança e defesa nacionais e

internacionais. Este trabalho faz parte do trabalho do cumprimento do objetivo de “f) fomentar a investigação nos domínios das relações internacionais e da segurança e defesa”, objetivo de trabalho do IDN (Idem).

Por sua vez, o IDN realiza seminários em cooperação com organismos internacionais, assim como, cursos cumprindo a sua última função definida que consiste em “e) cooperar com organismos congéneres internacionais” (Idem).

O trabalho pretendido para o IDN é naturalmente desenvolvido no âmbito da área da segurança e defesa com a devida relevância no plano estratégico nacional, este aspeto foi esclarecido na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas em 1982. Claramente definindo a defesa nacional como resultando do esforço conjunto do Estado, englobando todos os seus recursos e os seus cidadãos para que em conjunto seja assegurada a soberania do Estado, sem que para esse efeito sejam desrespeitados os Direitos defendidos pela República. Estabelecido no artigo 1º,

“a defesa nacional é atividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos no sentido de garantir, no respeito das instituições democráticas, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaças externas” (Lei nº29/82).

Estabelece ainda que o conceito estratégico de defesa nacional deve ser aprovado pelo Governo depois de formulada uma proposta entre o Primeiro-Ministro e o Ministro da Defesa Nacional. A proposta é primeiro apreciada pelo Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN) e de seguida pelo Conselho de Chefes de Estado-Maior. O conceito estratégico de defesa nacional consiste no plano do Estado que tem como intuito a persecução dos aspetos fundamentais nacionais que são os objetivos da política de defesa nacional. As escolhas referentes à definição do conceito estratégico de defesa nacional são debatidas em sede da Assembleia da República, estas escolhas podem ser propostas pelo Governo ou por grupos parlamentares (Idem: artigo 8). O IDN contribui no âmbito do Ministério da Defesa Nacional para a formulação do conceito estratégico de defesa nacional.

O conceito estratégico permite a criação de uma política de defesa nacional que tem um carácter permanente e engloba os vários domínios do Estado, não se limitando ao militar. A política de defesa nacional é composta por princípios, objetivos e medidas. A abrangência da política de defesa nacional requer uma coordenação entre ministérios para a execução da mesma, sendo também necessário que esta política seja do conhecimento público. A coordenação das relações ministeriais para a realização da política de defesa nacional pertence ao Primeiro-Ministro, e compete aos órgãos reunir todas as condições para a execução dos pressupostos estabelecidos na política de defesa nacional. Corresponde ao governo a direção da política de defesa nacional (Idem: artigo 6).

O Ministério da Defesa Nacional (MDN) está encarregue de desempenhar o papel central nas questões referentes à defesa nacional com a preparação e execução da política de defesa nacional (Idem: artigo 34). O IDN no âmbito desta lei e por pertencer à administração

direta do Estrado através do MDN tem como função reunir as condições necessárias ao seu cumprimento (Idem: artigo 35).

Posteriormente, em 2004 quando foram estabelecidos os princípios e normas a que obedece a organização administrativa direta do Estado na lei nº4 foi aprovada a possibilidade de uma reorganização administrativa, em caso de necessidade (Lei nº4/2004). O IDN por ter passado à dependência do MDN em 1982 encontra-se no quadro de órgãos suscetíveis de serem reorganizados na eventualidade de necessidade. Sendo a necessidade avaliada de acordo com o aspeto de uma apenas com uma reorganização o Instituto ficar capacitado para cumprir as suas funções.

Portanto, quando em 2008 por resolução do Conselho de Ministros foi reafirmada a necessidade de ser considerada a formulação do pensamento estratégico, o papel do IDN foi apontado para desempenhar essa função como “o principal órgão de apoio à formulação do pensamento estratégico nacional na direta dependência do MDN” (Resolução do Conselho de Ministros nº39/2008).

Na Resolução do Conselho de Ministros o motivo que resultou para estas orientações de uma reorganização em termos de planeamento estratégico deveu-se ao contexto nacional. Este contexto devia-se, em especial, ao período após os ataques a 11 de Setembro de 2001 nos EUA, o surgimento de novas ameaças e os novos riscos à soberania, entre os quais se destacaram a proliferação de armas de destruição em massa ou a desintegração de Estados. Aspetos que o IDN era chamado a contemplar na formulação de um pensamento estratégico.

A reorganização proposta para o IDN consistiu numa “racionalização dos recursos e meios [...] prevendo os mecanismos de obtenção de economias resultantes do emprego dos recursos humanos do IDN em proveito do Instituto de Estudos Superiores Militares e vice-versa”. Ainda relativamente à estrutura do MDN é referido que a Comissão Portuguesa de História Militar passe a integrar a estrutura orgânica do IDN (Idem).

De acordo com a Lei orgânica do MDN aprovada em 2009, na sequência de prosseguir com uma reformulação na estrutura orgânica, esta deve ter efeito para a execução das suas funções entre as quais se inclui a preparação e execução da política de defesa nacional por parte do MDN. O IDN foi reafirmado tendo como objetivo central a construção do pensamento estratégico nacional através do estudo, investigação e divulgação sobre as questões de segurança e defesa (Decreto-Lei nº154-A/2009).

Ainda na sequência da aprovação da Lei orgânica, é no Decreto Regulamentar nº22/2009 que foram estabelecidos os modelos sobre os quais os serviços se organizariam. Neste decreto é reafirmada a importância das alianças para garantir a segurança nacional, como é a manutenção das alianças com a UE e a OTAN para Portugal, referindo que num contexto de ameaças e riscos transnacionais, também a resposta implica uma resposta transnacional.

O IDN é reorganizado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº39/2008 desempenhando o papel de órgão central no suporte da formulação do pensamento estratégico nacional. O IDN encontra-se na dependência do MDN, portanto, pertence à

administração direta do Estado e é dotado de autonomia administrativa e tem autonomia científica e pedagógica. O IDN tem ainda uma estrutura ao nível regional, a Delegação do Porto, que funciona desconcentrado (Decreto-Regulamentar nº22/2009: artigo 1). Sendo que o IDN obedece a uma estrutura hierarquizada para o seu funcionamento com a exceção da área de investigação que utiliza um modelo matricial para desenvolver o seu trabalho (Idem: artigo 8).

O IDN tem uma direção composta por um diretor-geral que tem por missão a direção e orientação do trabalho dos órgãos e serviços do Instituto. O IDN tem ainda dois órgãos: o Conselho Científico e a Unidade de Acompanhamento (UA). Como estabelecido por Despacho em Dário da República, o Conselho Científico deve:

“a) Pronunciar-se sobre os projetos de investigação científica e os estudos que lhe sejam submetidos pelo Diretor-Geral do IDN, sendo estes, em princípio, todos os que não tenham classificação de segurança, ou carácter confidencial ou não obedeçam a acordo bilaterais ou multilaterais do IDN com outras instituições nacionais ou estrangeiras; b) Pronunciar-se sobre as linhas gerais de orientação estratégica do IDN, que lhe são apresentadas pelo Director-Geral do IDN; c) Pronunciar-se sobre questões de natureza pedagógica, científica ou cultural que lhe sejam apresentadas pelo Diretor-Geral do IDN.” (Despacho nº24793/2009).

A UA, por sua vez, tem por missão avaliar e providenciar aconselhamento a nível interno. Os membros que compõem a UA são especialistas na área de trabalho do IDN com nacionalidade portuguesa ou estrangeira. A avaliação que a UA deve executar recaí sobre o funcionamento do IDN, assim como, pronuncia-se sobre o plano e as atividades do IDN (Decreto-Regulamentar nº22/2009, artigo 6).

O IDN tem ainda na sua estrutura orgânica a Direção de Serviços de Planeamento e Gestão de Recursos (DSPGR) que tem por missão garantir o regular funcionamento das atividades do Instituto. Como definido pela Portaria nº127/2009, artigo 2, em Diário da República, a DSPGR tem como funções:

“a) Assegurar os procedimentos de coordenação, programação e divulgação dos cursos ministrados no IDN; b) Acompanhar o planeamento dos actos necessários ao desenvolvimento de projetos de investigação, estudos e trabalhos nos domínios científicos; c) Apoiar a produção de artigos científicos nos domínios da atividade do IDN; d) Elaborar o plano e relatório anual de atividades; e) Assegurar os procedimentos de candidatura adequados a pedidos de financiamento e à participação em programas de financiamento das actividades do IDN; f) Orientar a realização das atividades de formação e de debate no âmbito das atribuições do Instituto; g) Coordenar os procedimentos de implementação dos sistemas de avaliação de desempenho dos recursos humanos do IDN, nos termos legais; h) Assegurar o planeamento e a gestão dos recursos humanos e financeiros, bem como implementar as medidas de políticas definidas para os serviços do MDN; i) Assegurar o funcionamento e gestão patrimonial, documental e logística dos serviços e equipamentos; j) Proceder à gestão do Centro Editorial, Arquivo e Biblioteca do IDN; l) Assegurar a coordenação da produção, recolha, difusão e depósito das publicações e qualquer outro material de apoio as atividades do IDN; m) Acompanhar o

estabelecimento de protocolos de cooperação com organismos e instituições nacionais, estrangeiras e internacionais com competência específica congéneres; n) Promover a edição de monografias, revistas, livros e outros meios de divulgação; o) Definir e executar um plano de classificação e manter atualização o catálogo documental e bibliográfico”.

A integrar a DSPGR, desde 2009 após a sua criação, está a Divisão de Planeamento, Edições e Biblioteca (DIPEB) e a Divisão de Gestão de Recursos (DIGER) por Despacho nº25322/2009.

A DIPEB ficou encarregue de:

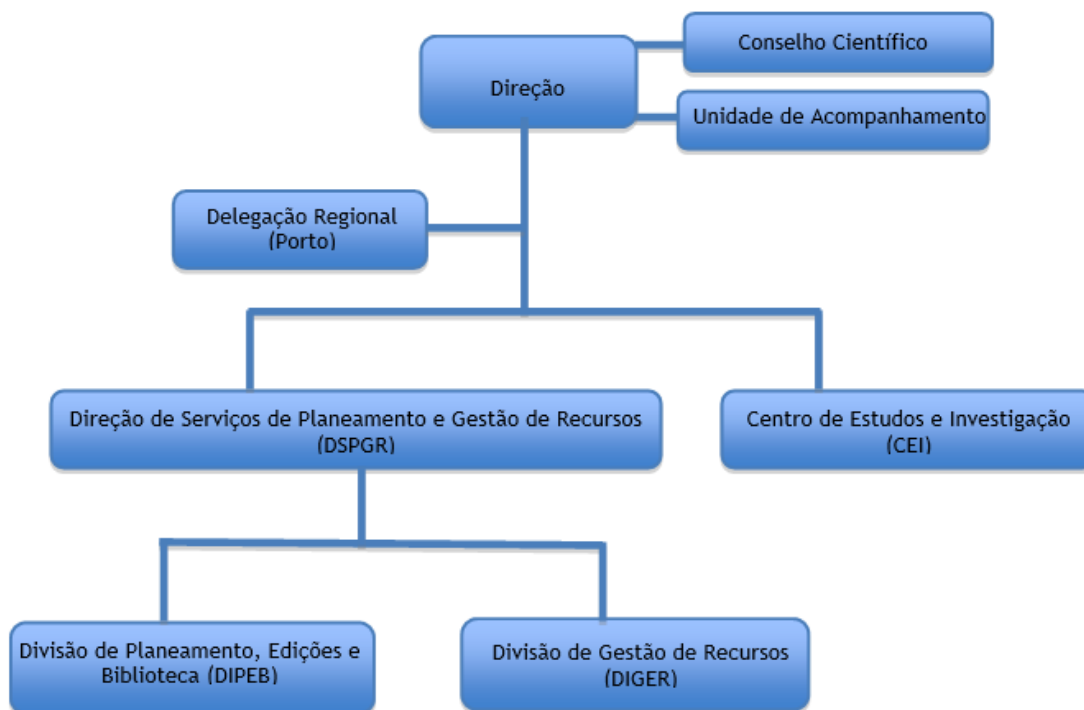
“a) Assegurar os procedimentos de coordenação, programação e divulgação dos cursos ministrados no IDN; b) Acompanhar o planeamento dos actos necessários ao desenvolvimento de eventos, projetos de investigação, estudos e trabalhos nos domínios científicos; c) Orientar a realização das atividades de formação e de debate programadas; d) Prestar apoio na elaboração do plano e relatório anual de atividades ou outros instrumentos de gestão estratégica; e) Apoiar a produção de artigos científicos nos domínios da atividade do IDN; f) Proceder à gestão do Centro Editorial, Arquivo e Biblioteca do IDN; g) Assegurar a coordenação da produção, recolha, difusão e depósito das publicações e qualquer outro material de apoio as atividades do IDN; h) Acompanhar o estabelecimento de protocolos de cooperação com organismos e instituições nacionais, estrangeiros e internacionais com competência específica congéneres; i) Promover a edição de monografias, revistas, livros e outros meios de divulgação; j) Definir e executar um plano de classificação e manter atualizado o catálogo documental e bibliográfico” (Despacho nº25322/2009).

Enquanto à DIGER foi entregue as competências de:

“a) Elaborar o plano e relatório anual de atividades; b) Assegurar os procedimentos de candidatura adequados a pedidos de financiamento e à participação em programas de financiamento das atividades do IDN” (Despacho nº25322/2009).

Contudo, para que o IDN desempenhe a sua missão de providenciar o suporte necessário à formulação do pensamento estratégico nacional é publicado, por Despacho nº2321/2009 em Diário da República, a criação do Centro de Estudos de Investigação (CEI). O IDN tinha na época como diretor-geral António José Barreiros Telo que determinou como função do CEI o desenvolvimento de estudos e projetos de investigação.

De seguida é apresentado o esquema da estrutura orgânica do IDN.



Fonte: Instituto da Defesa Nacional

2.3. Atividades

Com o decorrer dos anos o IDN manteve um núcleo de atividades a desenvolver-se gradualmente. No entanto, o Instituto teve que, por iniciativa própria, ou por aspetos conjunturais, ou por carácter temporal das mesmas, terminar algumas das suas atividades.

Tendo em consideração um dos objetivos - a divulgação ou a promoção do debate das questões sobre a defesa e segurança nacionais, foi recuperado o Curso de Defesa Nacional (CDN).

A capacidade do IDN em trazer especialistas das diferentes áreas, sejam eles nacionais ou estrangeiros, é e será sempre uma das grandes valias do IDN. O facto de especialistas deslocarem-se ao IDN para explorarem diversos temas no Instituto sem impor linhas de pensamento, mas numa base de apresentação do tema, claramente, cada conferencista irá expor a sua perspetiva sobre as questões. No entanto, pertence a cada individuo a construção do seu próprio pensamento, da formulação da sua opinião. Porque o IDN pretende criar pensadores e não uma comunidade de pessoas que partilhem todas das mesmas opiniões acerca dos temas que explora. Esta liberdade de pensamento deve-se à expectativa de criar pessoas informadas que, por consequência, deverão saber escolher a sua linha de pensamento. Sem descuidar a pretensão do IDN na difusão do conhecimento e

envolvimento do domínio civil do país nos assuntos antes considerados de competência exclusiva militar.

Seguindo a linha de interesse do IDN na promoção do pensamento sobre as áreas da defesa e segurança ligando o meio civil ao militar teve que na conquista desse objetivo passar pela inclusão de civis como auditores no CDN. Este elemento tinha tradição do IAEDN em que dos mais de quarenta auditores tanto no primeiro como no segundo CDN dezasseis e dezassete, respetivamente, foram o número de auditores civis a realizarem o curso. Constatase uma tentativa de divisão dos lugares de auditores entre os meios civil e militar continuando, no entanto, a prevalência das vagas na sua maioria a ser preenchidas por auditores militares. O CDN no IDN propunha-se a atingir da mesma forma uma aproximação entre o número de civis e militares que preenchiam as vagas, portanto, este aspeto tornava-se uma das primeiras situações a resolver. Obstante a este objetivo em primeiro lugar era o número de vagas ser reduzido, na ordem dos vinte foi o número de auditores dos dois primeiros cursos do CDN ministrados no IDN, em que acabaram por ser cinco e dez os auditores civis a preencher o grupo de auditores do terceiro e quarto CDN, respetivamente (Idem). Este objetivo era e é primordial, visto que o IDN pretende ser o espaço de excelência na promoção destas áreas na sociedade civil. Na tentativa de alcance deste objetivo o Instituto pretende criar condições igualitárias a civis e militares, proporcionar a entrada em diálogo e a partida das mesmas bases para uma discussão informada. O despertar de interesse por parte da sociedade civil nestas matérias implica a sua envolvência nestes assuntos, caso contrário regressa-se à posição das questões de defesa como assunto da competência exclusiva militar.

O CDN sempre decorreu com uma grande abrangência de conferências e seminários que pretendem facultar aos auditores a interação com especialistas das áreas e com diferentes perspetivas que permitem aos auditores criar o seu próprio pensamento. A criação do seu próprio pensamento foi a noção que determinou a terminologia de auditor para os presentes no curso. Dos auditores o IDN espera-se um pensamento crítico que os capacite de forma a formularem o seu próprio pensamento. Apenas lhe é proporcionada uma base com a presença em vários colóquios, palestras, seminários, proferidos por especialistas nessas áreas. O debate proveniente das diferentes experiências militares e civis é o esperado para, assim, gerar em cada um o seu pensamento sobre as matérias.

O programa do CDN sofreu ao longo dos anos alterações encontrando-se atualmente composto por quatro fases principais, naturalmente, que obedecem a uma sequência: introdução, quadro internacional, potencial estratégico nacional e conclusões. Na Introdução, ponto que desde se mantém no atual programa do CDN passa por contextualizar todos os assuntos e garantir a todos os auditores uma base de conhecimentos geral igual, que possibilite partirem de uma base comum e construir debates. Permite ainda que todos se refiram a noções básicas com o mesmo significado, ao mesmo tempo que se incute em alguns esclarecimentos que não faziam parte do seu conhecimento.

A segunda fase pretende com o quadro internacional fazer a contextualização da posição portuguesa no sistema internacional, que como o nome indica apresenta as potencialidades e vulnerabilidades do país para explicar a atuação portuguesa no âmbito internacional. Sendo a fase seguinte, a criação de um pensamento sobre a estratégia nacional tem relação com esse quadro internacional das posições geoestratégicas dos outros países, que compõe o sistema internacional explorado anteriormente. Na definição de uma estratégia são contemplados os objetivos e interesses nacionais, ou até mesmo são debatidos possíveis objetivos sobre os quais é necessária uma consideração sobre o contexto em que eles se formam.

Por fim, as conclusões que naturalmente consistem no resultado dos debates e exposições dos conferencistas. A fase da conclusão é composta pela formação de grupos que subordinados ao tema escolhido para o CDN desse ano deverão ser apresentados no final (Idem: 4). Atualmente existe o Trabalho de Investigação Final (TIF) em que o auditor opta por um tema, o desenvolve e defende para obter uma pontuação final. Apenas com o término desse trabalho poderá concluir o curso. Ainda no âmbito do curso estão programas visitas de estudo que pressupõe uma visita a um ponto dentro do país continental, às ilhas e uma ida ao estrangeiro, por exemplo em Bruxelas à sede da OTAN.

A abertura de uma delegação regional foi feita durante o mandato do General Pelágio Castelo Branco como diretor do IDN entre 1986-1989, em que abriu a Delegação do Porto. Os conferencistas deslocavam-se ao Porto para falarem nas palestras dos cursos, conferências e seminários. Atualmente alguns cursos são ministrados por videoconferência, assim como conferências e seminários.

Na atividade do IDN o CDN não é o único curso, pois são variados os cursos ministrados no Instituto, tendo todos o intuito de formar, fornecer conhecimento, promover o debate sobre as questões de segurança e defesa e atingir, assim, os seus objetivos. Dependendo do curso em específico são estruturados diferentes programas com especialistas das áreas para proferirem palestras no âmbito dos cursos.

O Curso de Defesa Nacional para os Jovens teve como base o contexto nacional em que no país tinha sido estabelecido o fim do serviço militar obrigatório, provocando na opinião do General Garcia Leandro um desfasamento entre a classe política e a realidade das questões da defesa. Portanto, o grande objetivo do curso é colmatar essa falha ao ensinar aos futuros políticos e jovens do país as questões relacionadas com a defesa.

No seguimento da missão de reverter a situação de desconhecimento por parte da classe política em relação à defesa nacional o General Garcia Leandro procurou criar um Curso de Jovens Parlamentares. Apesar deste curso não se ter formado na altura o IDN tem atualmente um curso intitulado de Seminário de Segurança e Defesa para Juventudes Partidárias.

O Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas fora inicialmente apelidado de Cursos de Segurança e Defesa. A criação deste curso deveu-se à necessidade de instruir os meios de

comunicação sobre estes temas para que quando divulguem notícias sobre as questões de segurança e defesa sejam proferidas com o devido conhecimento sobre as mesmas.

Uma atividade pretendida desde 1976 pelo Instituto e que apenas foi realizada em 1978 foi o estudo intitulado de “O País que Somos”. Este estudo tinha como intenção a apresentação do enquadramento do país em termos de potencialidades e vulnerabilidades (Vieira, 2007:2). Um estudo que teve grande projeção nacional pois foi utilizado a nível político e foi bastante referenciado. Apesar de se desatualizar facilmente com o passar dos anos, pois a realidade do país altera-se com o tempo, com atualizações pontuais em alguns aspetos se tornaria viável novamente. Porém existem sempre noções básicas que se mantêm constantes permitindo a sua utilização continuada. Esclarecendo que a demora pela sua execução inicial deveu-se ao facto do IDN ter iniciado o seu trabalho com poucos recursos a nível de pessoal, impedindo o Instituto nos seus primeiros anos de concretizar todas as atividades que pretendia de forma a corresponder a todas funções porque foi criado.

Outra atividade inicial do IDN foi o Estágio Interforças que se destinava aos futuros oficiais gerais para todos os Ramos das Forças Armadas (Idem: 2). Esta era uma atividade do meio militar.

No âmbito das atividades principais da missão do IDN que se mantêm para a intenção de divulgação sobre os assuntos de defesa e segurança fazem parte: os ciclos de conferências, seminários e colóquios, tanto no IDN como em outros centros tais como: Universidades, Academia Militar e outros.

O Seminário de assessores procura a discussão entre os diversos assessores através da apresentação do trabalho realizado por cada um, que tem uma realização anual. Existem outros seminários que são ocasionais como foi o Seminário sobre o 11 de Setembro que teve a duração de três dias abordado seguindo uma perspectiva militar, política-externa e jurídica.

A divulgação e promoção das questões da defesa e segurança nacionais passam ainda pela opção do Instituto em publicações periódicas como é o caso da revista Nação & Defesa. Embora com dificuldades a revista Nação & Defesa era publicada trimestralmente e embora não tenha conseguido a promoção do debate que pretendia inicialmente, esta continuou a ser publicada. Sendo que desde o Inverno de 2001 esta publicação passou a ser quadrimestral. A revista propõe-se a conseguir recolher e divulgar a informação sobre os temas da defesa e segurança ao mais alto nível da Administração Interna e Forças Armadas (Idem: 2).

Entre as publicações que pertencem à atividade do IDN encontra-se: Atena, IDN Brief, IDN Cadernos, E-Briefing Papers e outras publicações. As publicações no âmbito da coleção Atena são referentes às investigações dentro do quadro de trabalho do Instituto, sendo a primeira publicação referente a 1998. Desde 2000, durante o mandato do General Valença Pinto como diretor, o IDN passou a publicar um dos livros da coleção Atena dedicados ao pensamento clássico. A publicação do IDN Brief teve início em 2000 que funciona como um boletim informativo. O IDN Cadernos é uma publicação que resulta de atividades concretizadas no IDN, por exemplo, as conclusões atingidas de determinado seminário. Esta publicação é relativamente recente desde 2006 e permite que o público em geral tenha

acesso aos assuntos explorados em determinado trabalho concretizados no IDN. O E-Briefing Papers é uma publicação resultante da atividade de investigação realizada no Instituto. O IDN mantém ainda a possibilidade de publicar em conjunto com outros Institutos livros relacionados com questões de defesa e segurança.

A investigação do Instituto não se limita apenas à sua publicação mas também inclui o desenvolvimento de Grupos de Estudo, estes dedicam-se a um tema em específico com a devida relevância para o contexto nacional. No trabalho destes grupos incluíse a realização de encontros para debate, com a possibilidade de conferências de abertura ao público em geral, ou podem resultar publicações das reuniões destes grupos.

Capítulo 3. O Estágio no Instituto da Defesa Nacional

Neste capítulo, e de acordo com a anterior apresentação das diversas atividades que compõe o trabalho desenvolvido pelo IDN são apresentadas as atividades pertencentes ao estágio curricular desenvolvido. O estágio foi realizado no Instituto da Defesa Nacional (IDN) durante um período de 6 meses, entre setembro de 2012 e março de 2013. O IDN encontra-se na dependência do Ministério da Defesa Nacional (MDN), no entanto, trata-se de um instituto capacitado de autonomia científica e pedagógica, assim como, de autonomia administrativa.

3.1. Objetivos e Metodologia

O estágio teve a duração de seis meses. Da parte do Instituto, para desempenhar a função de coordenador de estágio, ficou designado o assessor do IDN, o Professor Doutor António Paulo Duarte. No início do estágio foi entregue um Programa de Estágio (Ver anexo I), documento que identificava as tarefas a desempenhar, assim como, estabelecia o trabalho pretendido. De acordo com o programa, o Professor Doutor António Paulo Duarte distribuía as atividades a cumprir e supervisionou o trabalho diariamente, assim como, fez a apresentação e promoveu a integração da estagiária nas atividades do Instituto.

As atividades desenvolvidas foram várias e consistiram na preparação, acompanhamento e divulgação de conferências, seminários, grupos de estudo, cursos e eventos realizados em cooperação com outros organismos do Estado. Devido à natureza disperse das atividades, os grupos de trabalho que organizavam as diferentes atividades implicavam um leque diferente de responsabilidades a concretizar.

O IDN, como instituição durante a realização do estágio, foi sempre considerado um espaço acolhedor e fornecedor não apenas de ferramentas de trabalho, como também de suporte a nível de conhecimento e de profissionalismo que permitiram a aprendizagem e evolução pessoal.

3.2. Atividades Desenvolvidas

As atividades a desenvolver durante o estágio no Instituto foram tarefas que consistiram na organização, apoio e participação em vários grupos de estudo, seminários, conferências, cursos e outras atividades decorrentes da atividade do IDN.

Os grupos de estudo fazem parte de uma das linhas de missão do Instituto. Estes promovem o debate em temas específicos, que através de conferências e seminários promovem um conhecimento alargado, proporcionado por especialistas da área.

Alguns seminários resultam em contributos escritos para possibilitar o acesso a um maior número de pessoas sobre os assuntos debatidos. Existem também reuniões que tem como propósito o conhecimento e difusão às entidades competentes, mas por falta de oportunidade de cruzamento de informação se realizam também atividades como exposições; e outras.

Apesar dos variados grupos de estudo, que seguindo as linhas de investigação do IDN desenvolvem trabalho, existiu apenas uma participação direta nos grupos de estudos: História e Memória (GEHM), Norte de África e Médio Oriente, Participação Portuguesa em Missões de Paz (GRUPORPAZ), Relações Portugal-Brasil (GERPB) e Política Comum de Segurança e Defesa (GEPCSD).

O IDN tem ainda os seguintes grupos de estudo: Contributos para uma Estratégia Nacional de Informação (GECENI), Participação de Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas (GEPPCSNU), OTAN (GENATO) e Segurança e Desenvolvimento em África (GESDA). As sessões de trabalho decorrem respeitando as "Chatham House Rules", que se traduzem no respeito pelas palavras proferidas não serem divulgadas, se essa for a vontade expressada pelo orador.

As conferências e seminários fazem parte do debate informado sobre os assuntos de defesa e segurança abertos ao meio civil e militar que o IDN promove, permitindo desta forma não só, a circulação de informação entre os dois meios, como também, o debate e a compreensão de ambas as partes e a criação de conhecimento através do debate de ideias.

Os Cursos que naturalmente também fazem parte dos objetivos do IDN permitem a conjugação de civis e militares na sua participação, dependendo do tema específico do curso. As conferências são proferidas por individualidades especializadas nos cursos de acordo com o seu foco específico.

Para o conhecimento da estagiária sobre o funcionamento e estrutura de trabalho do IDN, alguns dos departamentos do Instituto elaboraram sessões de informação. A área das Relações Públicas, na pessoa do Tenente-Coronel Pedro Madeira, realizou uma sessão de esclarecimento, em que apresentou o trabalho ao nível da receção e algumas das funções do estagiário no âmbito desta atividade. Esclareceu ainda que, faz parte da atividade das Relações Públicas, a divulgação de convites e cartazes para os convidados, instituições e particulares a participar nas atividades do Instituto.

O núcleo de Edições que tem como responsável o assessor Tenente-Coronel Alexandre Carriço apresentou as várias publicações do IDN e, em linhas gerais, algumas regras do processo de admissão e aceitação dos textos.

O normal funcionamento das atividades do IDN proporcionam o conhecimento dos restantes núcleos do Instituto. Apesar da estrutura de trabalho ser realizado com base numa

hierarquia, o apoio e colaboração de todos para a concretização das atividades do Instituto é um aspeto que proporciona a aprendizagem.

3.2.1. Funções Administrativas e Técnicas

Entre as funções desempenhadas, estas divergem dependendo da atividade, passando por um apoio a uma colaboração mais ativa na organização das mesmas.

Dentro das funções administrativas e técnicas, encontra-se:

- a participação na organização das atividades, em especial, nos documentos de divulgação,
- o planeamento no calendário das atividades do IDN, de reuniões de trabalho para a distribuição de tarefas
- apoio aos participantes das atividades.

Grupo de Estudo História e Memória

O Grupo de Estudo História e Memória (GEHM) foi um grupo proposto para garantir uma fonte credível sobre a história do Instituto. Um objetivo que se pretende alcançar através do contributo de antigos diretores do Instituto com a evolução do Instituto até aos dias de hoje. Este grupo contou para a sua concretização com a participação dos antigos diretores do IDN. Os diretores testemunharam o seu tempo não apenas como diretores, mas também as suas experiências como auditores, assessores, ou quando ainda eram apenas indivíduos da sociedade portuguesa que testemunharam a evolução do IDN. Permitiu ainda uma reflexão sobre a forma como se desenrolaram todos os processos que envolveram o Instituto.

Portanto, o objetivo pretendido por este grupo de estudos era que o resultado passe pela publicação posterior dos testemunhos proferidos no âmbito do seu ciclo de conferências. A título de preservar em memória escrita o IDN, desde os antecedentes do Instituto até à sua criação e posterior desenvolvimento do próprio.

Durante o estágio a participação neste grupo passou, em primeiro lugar, pela transcrição do relatado decorrente das exposições proferidas durante uma reunião do grupo de estudo que ocorreu a 4 de Julho de 2008, teve como oradores o Tenente-Coronel Lopes Alves e o Major-General Lemos Pires. No seguimento do acompanhamento do trabalho deste grupo de estudo foi ainda realizada uma revisão do texto referente a uma anterior reunião que teve o antigo diretor o General Lopes Alves a expor a sua experiência no IDN. Sendo que no seu total o grupo de estudo se desenrolou ao longo de seis reuniões nas quais foram muitos

os antigos diretores do Instituto que testemunharam a sua experiência relacionada com o mesmo.

A participação neste grupo de estudo, também incluiu, a presença na sexta reunião que teve o Professor Doutor Severiano Teixeira e o Vice-Almirante João Ribeiro Pacheco como conferencistas, a testemunharem assim a sua passagem pelo IDN. Estes depoimentos, através do relato na primeira pessoa foram o primeiro contacto, que permitiu adquirir informação específica da época com oportunidade para detalhes que pelo estudo em obras mais abrangentes não é conseguido, acerca do IDN. O Professor Doutor António Paulo Duarte foi o assessor do IDN responsável como coordenador deste grupo de estudo.

Programa da Educação para a Cidadania

O programa da Educação para a Cidadania encontra-se no âmbito dos interesses do IDN em promover no seio da sociedade civil o interesse e o conhecimento sobre as matérias de defesa e segurança. Este programa teve a sua aprovação com a assinatura pelo Ministro da Defesa Nacional o Dr. José Aguiar-Branco e pelo Ministro da Educação o Dr. Nuno Crato de um protocolo com a aprovação para a sua entrada em vigor no ano letivo seguinte, que corresponderia ao ano letivo 2013/2014. A cerimónia teve lugar no IDN no dia da abertura solene do Curso de Defesa Nacional, que decorreu no dia 16 de novembro de 2012.

O trabalho desempenhado no âmbito deste projeto passou pelo apoio ao desenvolvimento de um programa de educação em segurança e defesa para o Ensino Básico e o Ensino Secundário. A tarefa desempenhada consistiu no cruzamento de dados entre as matérias que se encontravam estabelecidas no programa da educação para a cidadania para serem lecionadas nas escolas e os programas curriculares estabelecidos para as disciplinas: português, história, geografia e outras. Esta tarefa foi realizada em conjunto com as restantes estagiárias que teve o seu término em termos de participação com a entrega do levantamento dos programas das disciplinas ao assessor coordenador o Professor Doutor António Paulo Duarte.

A participação no dia de abertura do Curso de Defesa Nacional e que também foi marcado pela assinatura do protocolo, entre ambos os ministros da Defesa e Educação, consistiu em apoiar o departamento de Relações Públicas do IDN. Entre as tarefas estava a receção aos convidados e fazendo o seu encaminhamento para o assessor do IDN a estes atribuído. E, ainda, uma participação na assinatura do protocolo com a entrega dos respetivos documentos para a assinatura dos mesmos pelos ministros. A atividade correspondente à abertura do Curso da Defesa Nacional que incluiu a assinatura do protocolo foi uma atividade a encargo da Direção e, portanto, a Direção foi a responsável pela coordenação do evento.

GRUPORPAZ - Grupo de Trabalho sobre a participação Portuguesa em Missões de Paz

O GRUPORPAZ é um grupo de trabalho do qual haviam resultado vários eventos de anteriores reuniões, nomeadamente exposições, com a missão de revelar o papel das forças armadas mas não apenas, como também, o papel de outros setores do Estado na concretização da defesa nacional. Essa demonstração prática era pretendida através da visualização, por exemplo, por meio de uma exposição, apresentar ao público em geral com fotografias das missões portuguesa e, assim, permitir ao meio civil a descoberta do alcance da ação de defesa em operações de paz. Este grupo de trabalho teve o assessor Coronel Carlos Coutinho Rodrigues como coordenador.

O GRUPORPAZ é constituído pelos diferentes Ministérios: o Ministério da Defesa Nacional (MDN), o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), o Ministério da Administração Interna (MAI) e o Ministério da Justiça (MJ) e entidades pelos ministérios tuteladas: a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Guarda Nacional Republicana (GNR), o Estado-maior General das Forças Armadas (EMGFA), o Estado-maior das Forças Armadas (EMFA), o Estado-maior da Armada (EMA) e o Estado-maior do Exército (EME).

Durante o decorrer do estágio no IDN o trabalho neste grupo passou por obter a oportunidade de acompanhar e participar na concretização, desde a organização até à concretização, de uma exposição. O desenvolvimento deste trabalho foi feito com os vários ministérios e organismos por estes tutelados envolvidos no grupo de trabalho. As tarefas programadas para esta atividade compreenderam o apoio ao coordenador na execução e operacionalização das atividades do grupo. Ainda colaborar na preparação e realização das reuniões que se traduziu na receção dos participantes do grupo de trabalho, garantir que o auditório onde a reunião tomaria lugar estivesse preparada com placas correspondentes aos participantes. O trabalho passou também por apoiar e facilitar o contacto entre os envolvidos, desde o convite à participação até ao fornecimento de contactos, e certificar que as informações circulavam para todos os intervenientes. Os objetivos estabelecidos eram alcançados quando as atividades resultantes do trabalho realizado pelo grupo se concretizassem, que foi uma exposição.

Na primeira reunião do grupo foi preparado o esquema sobre o qual se iria operacionalizar as atividades como o adquirir de contactos dos participantes representantes das entidades que integraram o grupo. Nesta reunião o objetivo era garantir a preparação da exposição com o tema de “Portugal ‘Produtor’ de Segurança Internacional”. Na segunda reunião era importante fazer um ponto de situação e esclarecer dúvidas. A terceira reunião propunha-se avaliar os aspetos gerais da exposição e estabelecer tarefas e funções para cada entidade envolvida e, assim, distribuir-se responsabilidades. Durante as reuniões as tarefas passaram por assegurar que os pontos a discutir eram referenciados e esclarecidos, assim

como, garantir a operacionalização do acordado e ficando encarregue de enviar as informações necessários aos que por inconvenientes não estavam presentes.

Portanto, o GRUPOPAZ reuniu-se em torno da ideia de concretizar uma exposição com o propósito de demonstrar a união entre todos os Ministérios envolvidos nas missões de paz com o objetivo de revelar a participação portuguesa em missões internacionais que colocam “Portugal como ‘produtor’ de segurança”. Essa demonstração desde o início pretendia ser construída com a participação através de contributos fotográficos, ou vídeos respeitantes a todos e numa proporcionalidade equitativa.

A exposição foi aberta às entidades presentes na Sessão Solene do CDN pelo Ministro da Defesa Nacional Dr. José Aguiar-Branco, no dia 15 de novembro 2012 e ao público no dia 16 de Novembro 2012, terminando a exposição a 27 de Novembro 2012.

Grupo de Estudos de Relações Portugal-Brasil

O Grupo de Estudos de Relações Portugal-Brasil (GERPB) realizou duas atividades, durante o período referente ao estágio, primeiro uma reunião e a segunda atividade consistiu num seminário. As funções a desempenhar no âmbito do grupo de estudo consistiram na colaboração para a realização das atividades. Este grupo de estudos teve como coordenador o assessor o Professor Doutor António Paulo Duarte.

A reunião realizou-se subordinada ao tema “As relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América” e nela participaram como conferencistas o Professor Doutor Armando Marques Guedes e o Professor Doutor Vasco Rato, a 30 de outubro de 2012. Enquanto, a 20 de novembro de 2012, foi organizado o seminário subordinado ao tema “Cooperação Portugal - Brasil para a Segurança Energética”, este contou com a participação de variados oradores distribuídos por painéis e uma mesa redonda.

As tarefas a desempenhar neste grupo de estudo compreenderam: o apoio à elaboração das atividades de organização e efetuando, da quinta para a sexta reunião, a elaboração das cartas convite e de outros diversos documentos relacionados ao planeamento e divulgação. No planeamento e divulgação estavam incluídos a participação na elaboração do cartaz e capa com os currículos dos oradores. Ainda, o apoio na receção aos convidados e membros do grupo de estudo e no encaminhamento, também, aos elementos da sociedade civil que pelo facto do seminário ser aberto ao público teve a sua assistência.

I Curso de Formação de Formadores dos “Curso de Voluntário da Defesa”

No I Curso de Formação de Formadores dos “Cursos de Voluntários da Defesa” (ICFFCVD) as tarefas consistiam na colaboração na organização e na realização das sessões do

curso. No início do Curso foi necessária a preparação dos documentos a facultar aos auditores, capa, currículos dos oradores, acompanhado do programa e entrega das identificações, em como frequentava o Curso.

Durante o decorrer das sessões do Curso o acompanhamento passava pela preparação do auditório, verificar se os meios audiovisuais estavam operacionais e assegurar a verificação de presenças. Qualquer necessidade durante as sessões requeria à estagiária presença a sua colaboração, porque o acompanhamento das sessões foi feito por ambas as estagiárias do IDN. Revelou-se ainda necessário estabelecer-se um ponto de contacto com os auditores, para que lhes fosse facultada informações sobre o decorrer do curso, assim como, informação disponibilizada pelos conferencistas.

O ICFFCVD realizou uma visita de estudo à Escola de Cadetes da Marinha em Rio Maior na qual a colaboração passou por se remeter ao acompanhamento dos auditores e colaborar na coordenação das atividades decorrentes na visita. O coordenador do ICFFCVD foi o assessor Professor Doutor António Paulo Duarte.

Iniciativa 5+5 Defesa

No âmbito da Iniciativa 5+5 Defesa foi realizada sob a Presidência Portuguesa a primeira reunião subordinada ao tema “Sobre os desafios e ameaças que o Sahel”, definido no ano anterior. A reunião realizou-se no IDN, no dia 24 de janeiro, e tratou-se do primeiro encontro para a coordenação do estudo do ano de 2013 entre os investigadores e representantes dos seguintes países: Argélia, Espanha, França, Itália, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Portugal e Tunísia. O único país que faltou foi Malta.

A reunião realizou-se sob os auspícios da Direção-Geral de Política da Defesa Nacional (DGPDN) e do IDN que, em articulação prepararam e organizaram o evento. O responsável da DGPDN foi o Tenente-Coronel Vítor Sanches e o assessor responsável pelo IDN foi o Doutor Filipe Nunes. O Investigador português no grupo foi o Doutor Bruno Reis também assessor no IDN.

As tarefas encarregues a desenvolver eram integradas pela responsabilidade no apoio ao planeamento e organização da reunião, assim como, da elaboração e receção dos contactos, fichas de inscrição das delegações, divulgação das informações necessárias entre os intervenientes, coordenação com a DGPDN e apoio às reuniões com a documentação e apoio na preparação da visita cultural.

Em especial, entre o trabalho a realizar antes do evento foi uma reunião de contextualização dos trabalhos e distribuição de tarefas entre ambos, DGPDN e IDN, para a montagem e coordenação de documentos das delegações, assim como, questões logísticas.

O IDN ficou encarregue do acompanhamento dos Investigadores estrangeiros nas viagens, aeroporto-hotel, para o IDN e regresso. Nesta particular tarefa era então necessária

a coordenação de voos e transporte dos investigadores de forma a acompanhar as delegações em todas as viagens, que foi realizada, assim como, a definição do plano de transportes.

3.2.2. Participação e Apoio na Realização de Eventos

Na participação e apoio na realização de eventos encontram-se tarefas que passam por um apoio às atividades realizadas no IDN. As funções, em geral, passaram por receber os convidados e fazer o devido acompanhamento, participar na coordenação durante o decorrer das atividades e apoiar com os documentos de divulgação.

Curso Gestão de Crises

A participação no Curso Gestão de Crises (CESD, Bruxelas) passou pelo apoio na preparação do Curso. Em concreto a tarefa consistiu na procura de informação a divulgar aos participantes do Curso, informação essa referente aos currículos dos conferencistas que iriam integrar o CESD. O trabalho terminou com a entrega da informação recolhida e preparada a ser divulgada à assessora do IDN a Professora Doutora Isabel Nunes.

Este curso foi concretizado em conjunto com a Representação Permanente junto à União Europeia (REPER) francesa o que trouxe algumas dificuldades na sua realização. No lado francês durante o período que correspondeu à organização do CESD foram constantes as alterações dos elementos da equipa da REPER francesa. Este facto dificultou a tomada de decisão pois com cada nova equipa implicou que fossem revistas decisões adotadas, nomeadamente, em termos de horário e distribuição das conferências pelos respetivos oradores.

Curso de Gestão Civil de Crises

Ao nível do IV Curso de Gestão Civil de Crises (CGCC) a participação foi referente à criação das cartas convites para os participantes e conferencistas a participar no curso. Este Curso teve como coordenador o assessor Major Caria Mendes.

Communication and Media Awareness

O Curso *Communication and Media Awareness* teve a cooperação do IDN, no âmbito de uma das três candidaturas da GNR a cursos financiados pela União Europeia. Das três candidaturas a GNR conseguiu que fossem aceites todos os Cursos propostos. O Curso *Communication and Media Awareness* teve como proposto a resposta à necessidade de formação dos agentes de autoridade na sua relação com os media (no seu dia-a-dia) e às novas formas de divulgação de informação de carácter social.

O projeto foi desenvolvido de forma a aumentar as capacidades e conhecimentos dos agentes e contou com a participação de jornalistas credenciados. A equipa de formadores era constituída por portugueses e britânicos dos quais faziam parte jornalistas, agentes da polícia e militares. Existiu, portanto, uma tentativa de demonstrar as duas perspetivas, a do agente e a dos media.

O IDN teve parte integrante neste curso e contou com a participação, enquanto orador, do Tenente-Coronel Francisco Leandro, assessor do IDN, nas sessões “Communication Techniques” e “Communication and Media Role Play”.

O Tenente-Coronel Francisco Leandro foi também responsável pela organização e coordenação de vários exercícios práticos. As sessões foram realizadas em conjunto com a jornalista Joana Latino, da SIC. Nos exercícios práticos foram vários elementos que assumiram diferentes papéis no exercício prático: os agentes tornaram-se jornalistas.

Após a integração da reunião de organização do Curso, as tarefas definidas a serem desempenhadas foram o apoio na preparação e planeamento das atividades a decorrer durante o curso, assim como, a colaboração durante o mesmo, através da intervenção pratica na coordenação das atividades e desempenho do papel de jornalista.

Curso de Informações em Democracia

O Curso de Informações em Democracia teve como responsável o assessor Doutor Filipe Nunes e foi realizado em cooperação com o Sistema de Informações da Republica Portuguesa (SIRP). O curso realizou-se no IDN entre 13 de Fevereiro e 22 de Março de 2013.

No âmbito deste Curso, as tarefas consistiram na divulgação com a preparação dos documentos de divulgação e promoção da Conferência de Abertura com o envio dos respetivos convites e a preparação de toda a documentação que serviu de suporte à conferência.

De acordo com a organização programada em conjunto com o SIRP foi feito o acompanhamento aos conferencistas nas viagens, entre aeroporto, Hotel e IDN. Em conjunto com a outra estagiária foi feito o controlo de presenças do Curso.

Grupo de Estudos sobre o Norte de África e Médio Oriente

O Grupo de Estudos sobre o Norte de África e Médio Oriente faz parte de uma das linhas missão do Instituto que é a investigação. O Grupo de Estudo pretende criar o espaço, através do depoimento de especialistas da área, para gerar o debate sobre estes assuntos a que se propõem.

Durante o período de estágio no IDN ocorreram duas reuniões deste grupo de estudo, a 16ª e a 17ª, subordinadas aos temas “Israel, Europe, and the East in Transition” que teve como interveniente o David Harris, Diretor executivo do American Jewish Committee (AJC) e “O Equilíbrio de poderes no Médio Oriente”, com a intervenção do Prof. Doutor Miguel Monjardino, respetivamente. Em ambas as reuniões do grupo as funções passaram por assegurar a preparação das reuniões, assim como, o tratamento dos convites, elaboração de documentos necessários à sua realização e a receção dos convidados e devido acompanhamento.

Seminário Internacional “Gender-based Violence and Armed Conflict”

O seminário internacional “Gender-based Violence and Armed Conflict” foi organizado no IDN em cooperação com a Universidade Católica Portuguesa e a Universidade de Coimbra. O assessor do Instituto responsável foi o Tenente-Coronel Francisco Leandro.

Neste seminário internacional a principal tarefa passou pela participação e apoio à elaboração dos documentos de divulgação, capa do seminário, currículos dos oradores e outros documentos de divulgação referentes ao seminário. No dia do seminário era ainda responsável pelo acompanhamento dos convidados estrangeiros e pela organização dos trabalhos.

Este seminário teve como objetivo a posterior publicação das comunicações e, por isso, outras das tarefas desenvolvidas posteriores ao seminário consistiu no acompanhamento das ações de edição dos textos, por parte dos conferencistas.

Seminário “As eleições e a Política Internacional dos Estados Unidos”

O Seminário “As eleições e a Política Internacional dos Estados Unidos” foi realizada no IDN em parceria com o Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa. Este seminário teve como coordenador o assessor Major Caria Mendes. O envolvimento passou por fazer ser oradora com a apresentação os temas dos painéis, assim como, dos diferentes conferencistas durante o seminário.

Conferência “Private Military Contractors”

A conferência subordinada ao tema “Private Military Contractors” foi coordenada pelo assessor Tenente-Coronel Francisco Leandro e o conferencista foi o Professor Thomas Bruneau da Escola Naval dos EUA.

Nesta conferência as funções passaram pela recepção e acompanhamento dos participantes e preparação dos documentos entregues à entrada. Durante a Conferência fazer a reserva do microfone no momento de debate.

Conferência “A Sociedade Civil: entre o Poder da Palavra e a Palavra do Poder”

A Conferência “A Sociedade Civil: entre o Poder da Palavra e a Palavra do Poder” teve como conferencista o Professor Doutor Adriano Moreira. Em relação a esta conferência a função passou pela recepção do público com encaminhamento para o auditório e fornecimento da informação sobre a conferência.

Conferência “Evolução e envolventes regionais das «Primaveras Árabes»”

A Conferência “Evolução e envolventes regionais das «Primaveras Árabes»” teve como coordenador o assessor Major Caria Mendes e conferencista o Embaixador Tânger Correia. As tarefas a realizar passaram pela recepção e no decorrer da mesma, garantir a reserva do microfone para as questões após a exposição do conferencista.

Conferência “O Futuro da Europa”

A Conferência que teve como conferencista o Professor Doutor Miguel Poiães Maduro teve como título “O Futuro da Europa” e como coordenador o assessor Major Caria Mendes. A participação nesta conferência foi ao nível da elaboração dos documentos de divulgação: cartaz, convites, no dia da conferência passou pela receção dos participantes.

Seminário de Segurança e Defesa para Juventudes Partidárias

O Seminário de Segurança e Defesa para Juventudes Partidárias (SSDJP) dirigiu-se aos indivíduos pertencentes às juventudes institucionais dos partidos políticos e teve como coordenador o assessor do IDN o Doutor Filipe Nunes. O objetivo do curso consistia na exposição de questões relacionadas com a defesa e segurança nacionais aos elementos das juventudes partidárias. As funções a desempenhar foram a receção coma entregas dos documentos referentes ao SSDJP e durante o decorrer do mesmo o acompanhamento das sessões, garantir a preparação do auditório e marcação de presenças.

Grupo de Estudos Política de Segurança e Defesa

O Grupo de Estudos Política de Segurança e Defesa (GEPCSD) é coordenado pela Professora Doutora Isabel Nunes, assessora e responsável pelo Centro de Estudos e Investigação (CEI) no IDN.

Ao longo do estágio no Instituto existiu a oportunidade de assistir à 7ª Reunião do GEPCSD. Esta reunião estava subordinada ao tema “Desafios à Política Externa Europeia no pós Crise Financeira”, com as intervenções da Dra. Teresa de Sousa e do Dr. Vítor Martins.

Seminário Residente

O Seminário Residente consiste no encontro anual dos assessores do IDN no qual expõe o seu trabalho de investigação e é feito um debate entre os projetos de investigação

realizados durante o ano e as linhas que irão seguir no ano seguinte. O seminário ocorreu no final do ano de 2012 com o convite por parte da Doutora Isabel Pires para se assistir ao planeamento do trabalho em termos de investigação no IDN.

3.3. Identificação e Resolução de um Problema

No decorrer do estágio e durante as várias atividades houve situações que ocorreram e que apesar de não estarem planeadas, tinham de ser resolvidas.

Isto aconteceu, por exemplo, no âmbito do trabalho desenvolvido sobre o Programa da Educação para a Cidadania, onde se pretendia a recolha dos programas letivos sobre as disciplinas correspondentes ao 3º Ciclo e ao Secundário. Inicialmente era espectável ser possível incluir no maior número de disciplinas um enquadramento com a matéria sobre segurança. No entanto, com a verificação dos conteúdos programados para as disciplinas, foi possível concluir que o cruzamento de matérias era impossível em algumas disciplinas. Após exposição da situação, ao coordenador Professor António Paulo Duarte, as sugestões feitas pela estagiária sobre as disciplinas em que era possível se incluir o Programa da Educação para a Cidadania foram aceites.

Outra das situações que ocorreu e para a qual foi necessário encontrar uma pronta solução, decorreu da exposição preparada pelo GRUPORPAZ, em relação às fotografias que pretendia expor.

Apesar do planeamento e coordenação de todos os intervenientes, a forma de exposição das referidas fotografias que tinha ficado definida verificou-se inviável, visto que o peso das mesmas não era suportado pelo expositor. Portanto, para a exposição das fotografias estava definido o encaixe em molduras presas por correntes o que se substitui por uma colagem ao placar, devido ao peso das molduras não ser suportado pelas correntes. No entanto, verifiquei que a colagem apesar de ser a possível, devido ao material disponível, não era a mais adequada por poder danificar as fotografias. Com o intuito de resolver a questão encarreguei-me de garantir a colagem e a sua verificação diária, com a limpeza das fotografias para assegurar condições de visualização das mesmas.

Durante o ICFFCVD, devido ao contacto próximo desde o primeiro dia com os auditores do Curso, os auditores manifestaram-me a necessidade de acederem aos documentos apresentados nas sessões do Curso. Após a exposição desta questão, ao coordenador do Curso, ofereci a solução de ficar responsável por enviar as apresentações feitas pelos oradores aos auditores, o que foi aceite. Portanto, passou a ser feito o pedido aos oradores para que pudessem ser divulgadas as suas apresentações aos auditores, após consentimento destes eram então enviadas.

Por sua vez, a Iniciativa 5+5 Defesa foi um evento que se realizou após 4 meses de estágio no IDN, o que proporcionou um maior envolvimento da estagiária no seu planeamento. Por este motivo, houve uma maior liberdade para tratar questões mais burocráticas, como os documentos de requisição internos no IDN. Entre as requisições de almoço, incluindo a sugestão de ementa, outros produtos foram necessários durante o dia da reunião. A estagiária foi também encarregue de elaborar a carta de pedido ao Regimento de transportes do Exército para o transporte dos conferencistas, e de planear o calendário de transportes. Ainda após a reunião, a estagiária elaborou uma proposta de texto para ser utilizada como notícia a entregar à Direção-Geral de Política da Defesa Nacional (DGPDN) de acordo com as indicações obtidas nas reuniões de planeamento.

Naturalmente, apesar dos vários eventos que o IDN já realizou e continua a realizar surgem por vezes imprevistos. Foi o caso do grande número de ausências dos convidados numa das reuniões do Grupo de Estudos sobre o Norte de África e Médio Oriente. Por este motivo, a estagiária sugeriu ao coordenador Tenente-Coronel Francisco Leandro, a alteração do local da reunião, passando do auditório onde estava inicialmente previsto para uma pequena sala de reuniões. O espaço, mais pequeno acabou por tornar o ambiente mais acolhedor favorecendo um frutuoso debate de ideias.

3.4. Considerações Finais

A opção pelo IDN revelou-se ter sido bastante acertada no acompanhamento e com a ajuda e apoio dos demais com que desenvolvemos este trabalho no Instituto. Existiu o suporte necessário para a realização do estágio com sucesso. Durante o estágio foi possível a obtenção de competências práticas devido às diversas atividades do Instituto e devido à oportunidade de participar nas mesmas. Acima de tudo, oportunidade de aprender através das exposições dos variados oradores especialistas na área.

A participação na realização de diversos eventos as tarefas variaram desde a preparação até ao evento e, ainda, com posterior trabalho resultante. Ao integrar as equipas de trabalho verificou-se diferentes formas de trabalho e organização que facultou a demonstração prática do trabalho nas áreas em que se trabalhava. Ainda, dependendo da atividade em si, em grupos de estudo podia-se opinar, fazer sugestões, colocar questões para o melhor funcionamento de reuniões de grupos de estudo, por exemplo. A formação de equipas de trabalho com diferentes investigadores foi outra oportunidade muito relevante, apreender a cooperar para trabalhar e a realizar qualquer tipo de trabalho.

No decorrer do estágio e com o decorrer do trabalho e depreendida a forma de trabalho de alguns assessores, em particular, por ser com os que mais se trabalha regularmente, permitiu-me estar mais à vontade para fazer sugestões sobre os trabalhos.

Assim como, a regular preparação de conferências, a título de exemplo, já não era necessário tanta orientação sobre as regras e as tarefas a desempenhar.

Em termos de tarefas desenvolvidas no Instituto teria sido proveitoso ter concluído as publicações do Grupo de Estudos História Memória e da Conferência “Gender-based violence in armed conflicts”, no entanto, o estágio terminou antes que estas atividades pudessem ser encerradas.

Conclusão

Chegados a este momento, cumpre-nos apresentar as principais conclusões decorrentes da realização do estágio profissional, durante um período de seis meses, no IDN. Como foi oportunamente explicado na introdução, e apesar de se tratar de um relatório de estágio, não poderia, de forma alguma, deixar de fazer uma breve contextualização teórica que nos faculte as ferramentas necessárias à consecução deste desafio, até porque, na realidade, assim que tomamos conhecimento acerca da indicação do local da realização do mencionado estágio, iniciamos, de imediato, algumas leituras vocacionadas para estas temáticas.

O objetivo deste relatório prende-se com a apresentação do estágio curricular no IDN. Após uma breve explicação dos conceitos que norteiam toda a atividade e propósitos do IDN, concretamente, os conceitos de segurança e defesa, procedemos a uma caracterização geral do instituto nos seus elementos essenciais. Por fim, no último capítulo, descrevemos as principais atividades que desenvolvemos no âmbito do estágio.

A metodologia adotada consistiu na análise de informação com o intuito de atingir os objetivos estabelecidos definidos para o estágio. Para a parte teórica, foi fundamental a consulta de obras e documentos oficiais, relatórios de reuniões e o recurso a Websites oficiais.

Tendo em conta as leituras realizadas, importa referir que a relevância das áreas da segurança e defesa nacionais tem vindo a suscitar um interesse aprofundado ao longo dos anos por parte da sociedade civil. Há uma maior consciencialização da importância da conceção da estratégia nacional que garanta um maior e melhor esclarecimento do programa planeado para a defesa nacional e que aposta na salvaguarda da segurança. Apenas com esta clareza e objetividade fornecida pela estratégia nacional se consegue que Portugal esteja preparado para atingir e salvaguardar os seus interesses e objetivos.

No que diz respeito ao estágio, este foi realizado, como tivemos oportunidade de referir, com base na lógica do acompanhamento às diferentes atividades desenvolvidas pelos vários assessores. Essas atividades passaram pela cooperação na organização e acompanhamento de cursos, seminários, conferências, grupos de estudo e outras atividades decorrentes, com ligação a variados organismos e entidades públicas e privadas.

O trabalho desempenhado nas diferentes funções e vertentes foi diverso, entre o suporte logístico até um envolvimento mais participativo, o que possibilitou perceber in loco como funcionam certas atividades desta importante instituição. De facto, os moldes em que o estágio decorreu no IDN permitiram um contacto direto com a realidade do trabalho, absorvendo várias técnicas de trabalho e, com o apoio de todos com quem se teve a oportunidade de laborar, resultou, no fim do estágio numa maior capacidade de resolução de problemas, experiência de trabalho e um claro melhoramento de competências na área da

escrita e da oralidade. Tudo isto contribui, sem dúvida, para uma maior motivação de ingressar no mercado de trabalho.

O variado leque de atividades em se participou e as oportunidades oferecidas de assistir a inúmeras conferências realizadas por personalidades de extrema importância nas áreas em apreço, revelaram-se, igualmente, uma mais-valia do ponto de vista da área académica em que nos inserimos.

De facto, termina-se com a sensação de que o estágio não foi apenas um local de trabalho. Na realidade, foi um local de aprendizagem. Dá-se por muito bem empregues as horas dedicadas às tarefas atrás enunciadas que, se num primeiro momento se mostraram um pouco difíceis de acompanhar, com o passar do tempo, revelaram-se muito agradáveis e proveitosas. Foi de tal forma entusiasmante que se equaciona, inclusivamente, a possibilidade de, num futuro projeto de investigação, aprofundar a realidade da defesa nacional em Portugal, tendo como questão de partida o debate sobre o serviço militar obrigatório.

Referências Bibliográficas

FONTES

Constituição da República Portuguesa (2005) “Constituição da República Portuguesa”
http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/crp_pt_2005_integral.pdf [9 de Junho de 2012].

Decreto-Lei (1976) “Cria na Presidência do Conselho, na dependência do Ministério da Defesa Nacional, o Instituto de altos Estudos de Defesa Nacional e define a sua finalidade e competência”. Presidência do Conselho-Gabinete do Ministro da Defesa Nacional: n.º48146, Diário da Republica n.º297/67 Série I. Disponível em: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19672443%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar> [30 de Julho de 2013].

Decreto-Lei (1976) Conselho da Revolução n.º550-D/76, Diário da Republica n.º161/76 Série I 3º Suplemento. Disponível em: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19762513%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar> [9 de Junho de 2012].

Decreto-Lei (2009) Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional n.º 154-A/2009, Diário da República n.º128 Série I. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2009/07/12802/0000400011.pdf> [30 de Julho de 2013].

Decreto Regulamentar (1991) “Aprova o Regulamento do Instituto da Defesa Nacional”. Ministério da Defesa Nacional n.º41/91, Diário da Republica n.º187/91 Série I-B. Disponível em: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19913009%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=Decreto-Lei&v12=270/92&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar> [9 de Junho de 2012].

Decreto Regulamentar (2009) “Aprova a orgânica do Instituto da Defesa Nacional”. Ministério da Defesa Nacional: n.º22/2009, Diário da Republica n.º172 Série I de 2009-09-04. Disponível em: http://www.google.pt/search?q=diario+da+republica+serie+i+nº+172+2009-09-04&hl=pt-PT&gbv=2&gs_l=hp.3...1567.17397.0.18360.34.13.4.17.19.0.114.1096.12j1.13.0...0.0.cUJWL6Z3-gl&oq=diario+da+republica+serie+i+nº+172+2009-09-04 [30 de Julho de 2013].

Despacho (2009) “Criação do Conselho Científico do IDN nº24793/2009”, Diário da República nº219/2009 Série II. Disponível em: <http://dre.pt/pdfgratis2s/2009/11/2S219A0000S00.pdf> [30 de Julho de 2013].

Despacho (2009) “Constituição da equipa multidisciplinar, designada por Centro de Estudos e Investigação nº25321/2009”, Diário da República nº225/2009 Série II. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdfgratis2s/2009/11/2S225A0000S00.pdf> [30 de Julho de 2013].

Despacho (2009) “Criação de unidades flexíveis nº25322/2009”, Diário da República nº225/2009 Série II. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdfgratis2s/2009/11/2S225A0000S00.pdf> [9 de Junho de 2012].

Instituto da Defesa Nacional <http://www.idn.gov.pt/index.php> [9 de Junho de 2012].

Lei (1982) Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas n.º29/82. Diário da República n.º285/82 Série I, <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19824007%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=Lei&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar> [9 de Junho de 2012].

Lei (2004) “Estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração directa do Estado n.º 4/2004”. Diário da República n.12 Série I, <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=d&cap=&doc=20040144&v01=1&v02=2004-01-15&v03=&v04=&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=&v12=&v13=&v14=&v15=&v16=&v17=&v18=&v19=&v20=&v21=&v22=&v23=&v24=&v25=&sort=0&submit=Pesquisar&d=2004-01-15&maxDate=2013-11-13&minDate=1960-01-01> [9 de Junho de 2012].

Lei (2009) Lei n.º 31-A/2009, Diário da República N.º129. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/2009/07/12901/0000900018.pdf> [30 de Julho de 2013].

Portaria (2009) “Estabelece a estrutura nuclear do Instituto da Defesa Nacional e as competências das respectivas unidades orgânicas nº1272/2009”, Diário da República nº202/2009 Série I. Disponível em: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=20092955&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=Portaria&v12=1272/2009&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar> [30 de Julho de 2013].

Portaria (2009) “Fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis do Instituto da Defesa Nacional e a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares nº1283/2009”, Diário da República nº202/2009 Série I. Disponível em: <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=20092967&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=Portaria&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar> [30 de Julho de 2013].

Resolução do Conselho de Ministros (2008) Resolução do Conselho de Ministros n.º39/2008, Diário da República N.º42 Série I. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1s/2008/02/04200/0132801332.pdf> [30 de Julho de 2013].

LIVROS

Buzan, Barry (1996) “The timeless wisdom of realism?”, em Smith, Steve; Booth Ken e Zalewsky, Marysia (eds.) *International theory: positivism and beyond*. Nova Iorque: Cambridge University Press:47-65.

Fontoura, Luís (2013) *Segurança e Defesa Nacional - Um Conceito Estratégico*. Coimbra: Almedina.

Karns, Margaret P. E Mingst, Karen A. (2004) *Internacional Organizations: The politics of Global Governance*. London: Lynne Rienner Pub.

Krause, Keith e Williams, Michael C. (1997) *Critical Security Studies - Concepts and Cases*. Londres: University College London.

Moreira, Adriano (6ªed.) (2008) *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Edições Almedina.

Quivy, Raymond e Campenhoudt, LucVan (2008) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ramos, Rui (coord.) (7ª ed.) (2009) *História de Portugal*. Lisboa: A esfera dos Livros.

Sassen, Saskia (2004) “The state and globalization” em Rodney B. Hall e Thomas J. Biersteker (eds) *The emergence of private authority in global governance*. Cambridge: Cambridge University Press: 91-112.

Sousa, Fernando de (coord.) (2008) *Dicionário da Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento.

Vieira, Guilherme de Sousa Belchior (2007) “O desafio do IDN em 1977-80 Renascimento de uma visão” Palestra General Câmara Pina. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

Willetts, Peter (2º) (2001) “Transnational Actors and International Organizations in Global Politics”, in J. B. Baylis and S. Smith (eds.) *The Globalisation of World Politics*. Oxford and New York: Oxford University Press: 356-383.

ARTIGOS CIENTÍFICOS

Alves, Lopes (2013) “Depoimento do General Lopes Alves” in Duarte, António Paulo (eds.) *História e Memória do IDN*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, in press.

Bilgin, Pinar et al. (1989) “Security studies: the next stage?” *Nação e Defesa*. 84, 131-157.

Cardoso, Leonel (1983) “Algumas Reflexões Sobre Conceitos de Defesa” *Nação e Defesa*. 25, 91-106.

Comprido, J. Baptista (1979) “Defesa Nacional: Alguns Subsídios para uma Lei” *Nação e Defesa*. 10, 35-47.

Couto, Abel Cabral (2013) “Depoimento do General Abel Cabral Couto” in Duarte, António Paulo (eds.) História e Memória do IDN. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, in press.

Cruz, Augusto Souto (1979) “Editorial” Nação e Defesa. 10, 7-8.

Editorial (1983) “Editorial” Nação e Defesa. 25, 7-8.

Fernandes, António Horta e Duarte, António Paulo (1999) “Da Hostilidade à construção da Paz Para uma Revisão Crítica de Alguns Conceitos Estratégia” Nação e Defesa, 91, 95-127.

Leandro, Garcia (2013) “Depoimento do General Garcia Leandro” in Duarte, António Paulo (eds.) História e Memória do IDN. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, in press.

Lucena, José (1985) “Caracterização e tipologia das ameaças” Nação e Defesa. 33, 101-120.

Magalhães, Altino (1983) “Abertura das Actividades Anuais do IDN” Nação e Defesa. 25, 9-19.

Martins, Raul François R. C. (1992) “Subsídios para a Introdução a Uma Teoria da Segurança e da Defesa Nacional” Nação e Defesa. 64, 11-42.

Santos, José Alberto Loureiro dos (2006) “A importância do IDN na Sociedade Portuguesa” *Instituto da Defesa Nacional: 30º Aniversário do Instituto da Defesa Nacional*. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/CamaraPinaJoseAlbertoLoureiro.pdf> [9 de Junho de 2012].

Silva, Aníbal Cavaco (1986) “Orientações da política de Defesa” Nação e Defesa XI. 39, 9-19.

Silva, Augusto Santos (2000) “Identidade nacional, estado democrático e educação para a cidadania” Nação e Defesa. 93, 25-33.

Trindade, A. Rocha (1983) “O Cidadão, o Estado e a Defesa Nacional” Nação e Defesa. 25, 21-29.

Vieira, Guilherme de Sousa Belchior (1979) “Fundamentos da Defesa Nacional” Nação e Defesa. 10, 9-23.

WEBGRAFIA

Brandão, Ana Paula (2011) “Vinte anos depois: mapeando o quadro teórico e a agenda de pesquisa dos estudos de segurança” Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa. Disponível em: http://observare.ual.pt/images/stories/conference%20images%20pdf/S1/Ana_Paula_Brandao.pdf [9 de Junho de 2012].

Anexos

ANEXO I

Lista de Diretores do IDN

1976 : General Loureiro dos Santos
1976 - 1979 : Vice-Almirante Leonel Cardoso
1980 - 1980 : General Tomaz George Conceição e Silva
1980 - 1984 : General Altino Amadeu Pinto Magalhães
1984 - 1986: Vice-Almirante Adriano Coutinho Lanhoso
1986 - 1989: General Pelágio Manuel de Abreu Castelo Branco
1989 - 1993 : General Abel Cabral Couto
1993 - 1994 : Vice-Almirante João José Ribeiro Pacheco
1994 - 1996 : Vice-Almirante Fernando Manuel Palla Machado da Silva
1996 - 2000 : Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira
2000 - 2000 : General Valença Pinto
2000 - 2004 : General José Eduardo Garcia Leandro
2004 - 2006 : Professor Doutor João Marques de Almeida
2006 - 2007 : General Aníbal J. R. Ferreira da Silva
2007 - 2009 : Professor Doutor António José Telo
2010 - : Major-General Vitor Rodrigues Viana

ANEXO II

Programa de Estágio

Programa de Estágios - 2012 (setembro) /2013 (março)

Estagiária - Andreia Prata Silva

Acompanhamento de Estágio - António Paulo Duarte

Atividades	Áreas de Intervenção	Objetivos/Tarefas	Período Temporal	Coordenador de Atividade	Medida de Avaliação
VII Seminário de Segurança e Defesa para Juventudes Partidárias (VII SSDJP)	PLANEAMENTO FORMAÇÃO	Apoio à organização e à elaboração das sessões do VII Seminário de Segurança e Defesa para as Juventudes Partidárias: apoio às sessões de formação.	Setembro de 2012	Doutor Filipe Nunes	Participação nas atividades a desenvolver
6ª Reunião do Grupo de Estudos História e Memória	PLANEAMENTO DIVULGAÇÃO	Colaborar com o Coordenador na execução e operacionalização do Grupo de Estudo. Colaborar em tarefas de apoio e ligação aos elementos constituintes e conferencistas convidados pelo IDN.	Setembro de 2012	Prof. Dr. António Paulo Duarte	Tarefas decorrentes da operacionalização do Grupo de Estudos
Conferência subordinada ao tema "Private Military Contractors"	PLANEAMENTO DIVULGAÇÃO	Acompanhamento e organização dos trabalhos Coordenação e apoio ao debate Preparação do auditório	Setembro de 2012	Tenente-Coronel Francisco Leandro	Participação nas atividades a desenvolver
Relações Públicas - Organização e função das Relações Públicas	PLANEAMENTO DIVULGAÇÃO	Sessão de Informação	2 de Outubro de 2012 - 9h30	Tenente-Coronel Pedro Madeira	Ida à Sessão de Informação
Edições - Acompanhamento do	EDIÇÕES PLANEAMENTO	Sessão de Informação	3 de Outubro - 12h00 - A 3	Tenente-Coronel Alexandre	Ida à Sessão de Informação

processo de edição e impressão de um Número da Nação&Defesa				Carriço	
Conferência subordinada ao tema "A Sociedade Civil: entre o Poder da Palavra e a Palavra do Poder"	PLANEAMENTO DIVULGAÇÃO	Acompanhamento e organização dos trabalhos Coordenação e apoio ao debate Preparação do auditório	Outubro de 2012	Direção	Participação nas atividades a desenvolver
Investigação - Desenvolvimento de Projetos de Investigação	INVESTIGAÇÃO PLANEAMENTO	Sessão de Informação	12 de Outubro de 2012 às 10h00	Professora Doutora Isabel Nunes	Ida à Sessão de Informação
Núcleo de Planeamento	INVESTIGAÇÃO PLANEAMENTO	Sessão de esclarecimento	29 de Outubro às 16h30	Major Ribeiro	Ida à Sessão de Informação
História e Memória do IDN	EDIÇÕES	Transcrição para texto do testemunho oral de um dos antigos Diretores do IDN - Testemunho do General Lemos Pires; Apoio à edição.	Setembro a Dezembro de 2012	Prof. Dr. António Paulo Duarte	Apresentação da transcrição
Educação para a Cidadania	INVESTIGAÇÃO PLANEAMENTO	Apoio ao desenvolvimento de um programa de educação em segurança e defesa para o Ensino Básico e o Ensino Secundário: estudo preliminar; levantamento dos programas do Ensino Básico e Secundário; apoio à equipa de trabalho da Cidadania.	Setembro de 2012	Prof. Dr. António Paulo Duarte	Apresentação do Estudo Preliminar
16ª Reunião do Grupo de Estudos Norte de África e Médio Oriente	PLANEAMENTO DIVULGAÇÃO	Auxiliar na preparação da reunião Apoio na elaboração de convites Auxiliar na elaboração do relatório final	Outubro de 2012	Tenente-Coronel Francisco Leandro	

GRUPORPAZ - Grupo de Trabalho sobre a Participação Portuguesa em Missões de Paz	PLANEAMENTO FORMAÇÃO	Colaborar com o Coordenador na execução e operacionalização do Grupo de Trabalho sobre a Participação Portuguesa em Missões de Paz (GRUPORPAZ); colaborar na preparação e execução das reuniões do grupo de trabalho programadas para 2012; Colaborar em tarefas de apoio e ligação aos elementos constituintes e aos conferencistas convidados pelo IDN; colaborar na preparação e execução de outras atividades do Instituto da Defesa Nacional relacionadas com o GRUPORPAZ.	Outubro a Novembro de 2012	Coronel Carlos Coutinho Rodrigues	Tarefas decorrentes da operacionalização do Grupo de Trabalho. Participar nas tarefas preparatórias e de execução das reuniões do grupo de trabalho programadas para 2012.
17ª Reunião do Grupo de Estudos Norte de África e Médio Oriente	PLANEAMENTO DIVULGAÇÃO	Auxiliar na preparação da reunião Apoio na elaboração de convites Auxiliar na elaboração do relatório final	Outubro de 2012	Tenente-Coronel Francisco Leandro	
Course - Communication and Media Awareness - Escola da GNR	PLANEAMENTO FORMAÇÃO	Colaborar na preparação do planeamento de atividades a decorrer durante o curso. Apoio durante o curso, com a intervenção prática na coordenação das atividades e desempenhando o papel de jornalista.	Outubro	T.Cor. Francisco Leandro	
Curso de Gestão Civil de Crises do CESD - Bruxelas	PLANEAMENTO	Colaborar na preparação e planeamento do curso de Gestão Civil de Crises	Outubro e Novembro de 2012	Prof. Dra. Isabel Nunes	Materiais de preparação reunidos

Curso de Formação de Formadores dos “Voluntários da Defesa”	PLANEAMENTO FORMAÇÃO	Apoio à organização e à elaboração das sessões do I Curso de Formação de Formadores dos “Cursos de Voluntários da Defesa”: apoio às sessões de formação; Apoio ao planeamento do curso.	Setembro a Dezembro de 2012	Prof. Dr. António Paulo Duarte	Participação nas atividades a desenvolver
Grupo de Estudos - Relações Portugal Brasil	PLANEAMENTO DIVULGAÇÃO	Apoio à elaboração das sessões do Grupo de Estudos: apoiando as atividades de organização do Grupo de Estudos e efectuando a relação das 5ª e 6ª Sessões deste. Apoio à organização do Colóquio “Cooperação Portugal - Brasil para a Segurança Energética”: elaboração de cartas convites e de outros diversos documentos com o Colóquio relacionados, apoio ao planeamento do mesmo; receção dos participantes ao colóquio.	Outubro de 2012; Novembro de 2012; Dezembro de 2012	Prof. Dr. António Paulo Duarte	Relações das 4ª e 5ª Sessões
Seminário Internacional - “gender violence and armed conflicts”	PLANEAMENTO DIVULGAÇÃO	Acompanhamento dos convidados estrangeiros Acompanhamento e organização dos trabalhos Coordenação e apoio ao debate Acompanhamento das ações de edição dos textos Apoio à divulgação <i>online</i> Apoio à elaboração	Novembro e Dezembro de 2012	Tenente-Coronel Francisco Leandro	

		de sumários Coordenação das viagens e instalação dos conferencistas estrangeiros Preparação do auditório			
Conferência subordinada ao tema "Evolução e envolventes regionais das «Primaveras Árabes»"	PLANEAMENTO DIVULGAÇÃO	Coordenação e apoio ao debate Preparação do auditório	Dezembro de 2012	Major Caria Mendes	
Seminário IDN/IPRI	PLANEAMENTO DIVULGAÇÃO	Coordenação e apoio ao debate Preparação do auditório	Dezembro de 2012	Major Caria Mendes	
Conferência subordinada ao tema "O futuro da Europa"	PLANEAMENTO DIVULGAÇÃO	Acompanhamento e organização dos trabalhos Coordenação e apoio ao debate Preparação do auditório	Dezembro de 2012	Coronel Carlos Coutinho Rodrigues	
CEMRES	PLANEAMENTO	Apoio ao planeamento e organização da reunião de Janeiro, que durará dois dias em Lisboa: e-mails; fichas de inscrição das delegações; marcação de hotel, almoços e jantares; apoio às reuniões, dossiês e documentação, preparação da visita cultural	Dezembro de 2012 a Janeiro de 2013	Doutor Filipe Nunes	Participação nas atividades a desenvolver
I Curso de "Informações	PLANEAMENTO DIVULGAÇÃO	Apoio à organização e à elaboração das	Janeiro de 2013 a Março	Doutor Filipe Nunes	Participação nas atividades a

em Democracia" (I CID)		sessões do I Curso de "Informações em Democracia"	de 2013		desenvolver
Conferência do grupo de Estudos sobre Contributos para uma Estratégia Nacional de Informação (Rn GECENI)	PLANEAMENTO DIVULGAÇÃO	Apoio ao debate	28 de Fevereiro de 2013	Coronel Fernando Freire	Participação na atividade